



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO

ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO MORAIS

**MULHERES CAMPONESAS E SUA PARTICIPAÇÃO NA LUTA POR TERRA E  
TERRITÓRIO: Assentamento Oziel Alves, Porto Franco/MA**

Araguaína,  
2022

MORAIS, Alessandra da Conceição

Mulheres camponesas e participação política na luta pela terra e território: assentamento Oziel Alves, Porto Franco/Alessandra da Conceição Moraes. Araguaína, 2022.

107 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida

1. Participação. 2. Mulheres camponesas. 3. Luta pela terra. 4. Território.


ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO MORAIS

**MULHERES CAMPONESAS E PARTICIPAÇÃO NA LUTA POR TERRA E  
TERRITÓRIO: Assentamento Oziel Alves, Porto Franco/MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Território (PPGCULT) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, como requisito para título de Mestra em Cultura e Território.

Data de defesa: Araguaína, 10 de novembro de 2022.


**BANCA EXAMINADORA**

 REJANE CLEIDE MEDEIROS DE ALMEIDA  
Data: 27/02/2023 09:45:11-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida (UFNT)


Orientadora

 OLÍVIA MACEDO MIRANDA DE MEDEIROS  
Data: 27/02/2023 11:27:27-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros (UFNT)

Examinadora interna

 IDELMA SANTIAGO DA SILVA  
Data: 27/02/2023 10:19:55-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Profa. Dra. Idelma Santiago da Silva (Unifesspa)

Examinadora externa

## AGRADECIMENTOS

Em meio a dois anos de trajetória de pesquisas, estudos, disciplinas e aprendizados, com muita devoção sou grata ao meu Deus por me permitir essa oportunidade de viver cada momento. Foram momentos difíceis, pois cursei a maior parte do mestrado no período da pandemia da Covid-19. Em um estudo a distância, com pouca prática no modelo de ensino, fui me adaptando e anexando o máximo de conhecimentos possível. Cheguei até a me perguntar: como ficaria minha pesquisa nesse tempo tão inseguro? Como realizaria as entrevistas? Como observaria as mulheres camponesas, sem contato, sem observar seus sentimentos que seriam expressos no momento das falas? Como falavam as reportagens, “estávamos em uma luta contra um inimigo invisível”. Toque, aproximação, nem mesmo uma visita era permitida e, por mais que eu quisesse abraçar essas mulheres, não poderia expô-las assim. Mas, no seu devido tempo, Deus providenciou cada detalhe.

Com muito orgulho, sou grata a minha mãe que acreditou e me permitiu viver tamanha experiência — a caçula da família. Sempre frequentei escola pública, e moro em um povoado pequeno. Pelas circunstâncias, poderia dizer que as chances eram poucas; mas, rompendo as barreiras, ingressei no mestrado na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), dando mais um passo na vida acadêmica e obtendo mais conhecimentos. Isso também não seria possível sem minha mãe, que me apoiou sempre que precisei e me acalmou na hora do estresse. Ela me dava autoestima e inspiração em meio às incertezas e dificuldades, sempre estando ao meu lado. Foi meu porto seguro e meu melhor colo. Sou grata a minha família que sempre festejou comigo cada passo na realização do mestrado, desde o projeto até a conclusão do curso.

Com muito carinho, também sou grata a minha lindíssima orientadora Professora Rejane Cleide Medeiros de Almeida, que se dispôs a orientar-me e compartilhar comigo seus conhecimentos, tirando todas as dúvidas e corrigindo os erros que ocorriam nesse processo de aprendizagem. Durante orientações, ensaios de apresentação, conselhos, grupos de estudos, leituras foi sempre serena e pontual, sábia e acolhedora. Foi, ao mesmo tempo, professora de uma disciplina e orientadora; seu destaque é merecido, pois é de longa data que vem guiando meus passos acadêmicos. Suas atitudes para comigo serão sempre comentadas e elogiadas, e é uma honra ter como orientadora essa mulher sensacional, confiante no que fala e no que faz.

Também agradeço a minha banca, que aceitou o convite de compor a mesa e analisar a pesquisa: as Professoras Olívia Macedo Miranda de Medeiros e Idelma Santiago da Silva; grata pelas contribuições na qualificação, as pontuações colocadas foram fundamentais para

melhorar e concluir a pesquisa; olhares mais profundos que também fizeram aprofundar o meu na realização deste trabalho.

Agradeço a todos os amigos que participaram dessa minha trajetória: Laylson Mota, que, desde o primeiro momento, junto com a professora Rejane Almeida, me incentivou a cursar o mestrado; Janeide Cavalcante, que, mesmo distante fisicamente (devido à pandemia), manteve-se presente festejando comigo cada passo. Agradeço com muita alegria a todas as mulheres camponesas do Assentamento Oziel Alves que fizeram parte desta pesquisa: Francisca Almeida, Francisca Silva, Francisca das Chagas e Ledí Pereira da Silva; mulheres camponesas que doaram um pouco do seu tempo para falar de suas trajetórias. Como elas mesmas se definem: “são mulheres militantes, mulheres do campo, da política, dos serviços domésticos, quebradeiras de coco”. Essas estiveram presentes desde o primeiro momento de luta, de ocupação, de enfrentamento à polícia; viveram debaixo da lona preta, foram acampadas e, hoje, assentadas, trazem narrativas de um tempo difícil, de uma luta quase impossível, uma luta por terra e território.

Sem elas, esta pesquisa não aconteceria. Elas me acolheram em suas casas, roças e vidas, dispostas a contar seus sentimentos e suas experiências, que, até então, não haviam sido escritas. Só tenho a agradecer por esse grande privilégio.

## RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender, por meio das memórias de mulheres camponesas, sua participação no processo de luta pela terra e pelo território do Assentamento Oziel Alves, Porto Franco, MA. Dentre as várias lutas travadas por essas mulheres, percebemos, nas leituras, a presença feminina ocupando importantes espaços no campo de luta, político, econômico, cultural e social. No Brasil, elas se apresentam no cenário a partir da década de 1970, o que se deu pela força organizativa dos movimentos populares. São tempos de lutas vividos pelas camponesas, que trazem, em suas memórias, momentos difíceis, mas que lhes trouxeram um grande resultado: a conquista da terra. A metodologia utilizada na pesquisa foi a História oral com história de vida e as entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres camponesas que estiveram à frente, desde o início, da luta e da formação do acampamento. A partir dessas narrativas, destacaremos as histórias de vida das mulheres assentadas, dando ênfase a sua participação na luta pela terra. A pesquisa indicou que as mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves enfrentaram policiais, fazendeiros, políticos e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nessa luta. Trazem, em suas memórias, a luta, o medo, a dor, a alegria e a vitória. São mulheres que desafiaram a si mesmas para conquistar o direito à terra: o direito de plantar, de colher e de trabalhar na roça. A luta segue por outros direitos que, apesar de ainda não terem sido conquistados, já existem enquanto políticas públicas, como é o caso de educação, estradas e saúde.

**Palavras- chave:** Participação. Mulheres camponesas. Luta pela terra. Território.

## ABSTRACT

This research sought to understand, through the memories of peasant women, their participation in the process of struggle for land and territory of the Oziel Alves Settlement, Porto Franco, MA. Among the various struggles fought by these women, we perceive, in the readings, the female presence occupying important spaces in the field of struggle, political, economic, cultural and social. In Brazil, they present themselves in the scenario from the 1970s, which was due to the organizational force of popular movements. These are times of struggle experienced by the peasantwomen, who bring, in their memories, difficult moments, but which have brought them a great result: the conquest of the land. The methodology used in the research was oral history with a history of life and semi-structured interviews with five peasant women who had been at the forefront of the struggle and formation of the camp from the beginning. From these narratives, we will highlight the life stories of settled women, emphasizing their participation in the struggle for land. The research indicated that peasant women in the Oziel Alves settlement faced police officers, farmers, politicians and the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (Incra) in this struggle. They bring in their memories the struggle, fear, pain, joy and victory. They are women who have challenged themselves to conquer the right to land: the right to plant, to harvest and to work in the swidden. The fight continues for other rights that, although not yet conquered, already exist as public policies, such as education, roads and health.

**Keywords:** Participation. Peasant women. Fight for the land. Territory.

## **SIGLAS**

<b>BDTD</b>	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>PNRA</b>	Plano Nacional de Reforma Agrária

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Apresentando o campo de pesquisa .....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 2 - Imagem do assentamento Oziel Alves.....</b>	<b>24</b>
<b>Figura 3 - Centro do Assentamento Oziel Alves.....</b>	<b>25</b>
<b>Figura 4 - Casas construídas no início do assentamento.....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 5 - Modelos de casas construídas .....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 6 - Conquista do território do Assentamento Oziel Alves .....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 7 - Lote destinado para produção de territorialidades.....</b>	<b>72</b>
<b>Figura 8 - Solo preparado para plantação .....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 9 - Produção nos quintais das mulheres.....</b>	<b>73</b>
<b>Figura 10 - Plantação de capim de ração .....</b>	<b>74</b>
<b>Figura 11 - Plantação de feijão.....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 12 - Lotes com plantações de milho .....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 13 - Plantação de mandioca.....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 14 - Plantação nos lotes.....</b>	<b>78</b>
<b>Figura 15 - Plantações medicinais (Capim de cheiro, folha grossa e Pariri) .....</b>	<b>79</b>
<b>Figura 16 - Assentamento Oziel Alves (durante a noite) .....</b>	<b>85</b>
<b>Figura 17 - Casa construída antes da venda dos lotes.....</b>	<b>86</b>
<b>Figura 18 - Casas construídas de alvenaria .....</b>	<b>87</b>
<b>Figura 19 – Roças .....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 20 - Plantações das mulheres no assentamento .....</b>	<b>88</b>
<b>Figura 21 – Animais criados por alguns moradores do assentamento .....</b>	<b>93</b>
<b>Figura 22 – Solo ainda com vestígios da plantação .....</b>	<b>94</b>
<b>Figura 23 – Capim roçado .....</b>	<b>95</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Memória .....	17
Quadro 2 - Mulheres Camponesas e Território .....	18
Quadro 3 - Mulheres do MST e Política .....	18

## Interlocutoras da pesquisa: mulheres assentadas da reforma agrária



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Dona Francisca das Chagas, nascida em Carolina município de Caxias/MA, tem 65 anos de idade, é militante, lavradora, viúva há um ano, aposentada e mãe de seis filhos. Estudou apenas o ABC e a cartilha (definição da interlocutora). É conhecida pela comunidade como dona Chagas, mora no assentamento Oziel Alves desde o dia da conquista da terra e fez parte da luta desde o início em 2004. Tornou-se uma mulher parte do MST pela necessidade de ter uma terra, uma casa, um trabalho seu e, uma vida melhor. Morava em residências de outros proprietários e trabalhava fora de casa, ao saber de uma reunião que ocorreria para conquistar uma terra, decidiu fazer parte da mesma e se juntar a esse grupo de militantes que passaram a viver sete anos debaixo da lona preta ocupando a beira de estradas, fazendas e órgãos como o Incra para hoje ter sua terra para produzir.



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Dona Francisca de Sousa Silva, nascida no Centro do Jesuíno, município de Lago da Pedra, tem 64 anos de idade, é militante, lavradora e se considera, quebradeira de coco e descascadora de mandioca, são trabalhos que fazem parte no seu dia a dia e dentre outros que aparecer. Esposa, mãe de um filho e avó. Uma mulher sorridente, vivida e que traz uma alegria que contagia quem chega, faz parte do movimento desde o início em 2004, se tornando parte da luta pela terra, para finalmente, ter sua casa, sua produção, uma vida melhor. Que um dia se viu obrigada a sair do movimento por causa do marido, dona Francisca vai embora com o coração partido mais deixou suas coisas com esperança de poder voltar. Hoje se encontra no assentamento, pois conseguiu voltar para o movimento e garantir seu pedacinho de chão. Se sente muito feliz e agraciada pela vida que tem e pela luta que viveu, traz em sua memória lembranças de tempos difíceis mais que valeu a pena.



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Dona Ledí Pereira Silva, nascida em Don Pedro/MA, tem 66 anos de idade, é militante, lavradora, esposa, mãe de uma filha e avó. Dona Ledí é uma mulher camponesa que trabalha na roça ao lado do marido e na maioria das vezes sozinha, onde passa a maior parte do dia, tem no seu lote o orgulho de ter feito parte do movimento e conquistado a sua terra. Morava em casa emprestada, trabalhava em serviços domésticos de outras residências e ganhava pouco pelo que fazia. Viu a necessidade de fazer parte do movimento e assim mudar a sua vida. Ao se tornar militante dona Ledí passou por muitas dificuldades, mas continuou persistente na luta, tinha a esperança de que iriam conseguir a terra, desde 2004 a 2010 viveu em acampamentos e hoje é uma mulher assentada que traz a marca do sol, de um serviço pesado, mas a alegria de hoje trabalhar naquilo que é seu. Tem orgulho da casa, do lote, da luta e da vida que tem, é uma mulher extrovertida, lutadora que carrega o legado de uma luta.



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Dona Francisca Prazeres Almeida, nascida em João Lisboa/MA, tem 44 anos de idade, estudou até a 5ª série, é militante, lavradora, esposa, mãe de quatro filhos e avó. Dona Francisca Almeida é filha de sem-terra e se tornou sem-terra também, pois viveu desde cedo a luta pela terra, por uma sociedade mais justa. É uma mulher que já teve sua participação ativa na vida de acampada, se tornou representante do grupo durante o acampamento e hoje é assentada no assentamento Oziel Alves. Tornou-se parte do movimento em 2004, desde esse dia veio lutando pela terra enfrentando policiais e fazendeiros, conseguiu a posse da terra e hoje reside em sua casa com a alegria da experiência de vida que teve. Trabalha mais nos serviços diários da casa e mantém a produção da roça quando pode. É uma mulher que mesmo que tenha sua participação recuada depois de assentada, tem o desejo que as mulheres voltem a serem ativas nas reuniões e organizações do assentamento e deseja carregar o legado, a história da luta que viveu por muitas gerações.

## **Memorial formativo**

Sou Alessandra da Conceição morais, nascida em 1995, na cidade de Fortaleza dos Nogueira no Maranhão. Dos quatro irmãos, sou a caçula. Filha de lavradores — minha mãe, Domingas da Conceição Moraes, e meu pai, Valdemir Pereira de Moraes — sempre estudei em escolas públicas, mas com bons ensinamentos. No vai-e-vem da vida, moramos em diversos lugares até chegar ao povoado Coité, um município de Porto Franco (MA), onde vivo até hoje.

Em um momento da minha vida, perdi meu pai, que deixou seus ensinamentos e a saudade; mas, posso dizer que ele está sempre presente. O tempo passou e crescemos, mantendo os estudos, pois minha mãe continuou perseverante para nos manter na escola. Inspirando e sustentando a família, ela sempre nos desejou o melhor e, como o meu pai, ela também sonhava com nossos estudos, mesmo vendo as dificuldades. Morávamos em um povoado pequeno, pouco valorizado, uma senhora viúva com quatro crianças; era um pouco difícil a gente se enxergar em uma faculdade. Mas, o tempo foi passando, o sonho continuava, até perceber que havia uma possibilidade, uma oportunidade de ingressar na Universidade Federal. A questão era estudar e passar no vestibular (risos). Mantive o foco, estudei e, em 2010, realizei a prova do vestibular para Ciências Sociais na Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Tocantinópolis. Foi uma alegria contagiante, a caçulinha da família passou na faculdade; aquilo que parecia impossível se mostrou possível: uma aluna do povoado, vinda de escolas públicas, então se via entre uma das aprovadas para Ensino Superior. Vieram os estudos, mais conhecimentos, e junto vieram o desespero e a incerteza de que chegaria ao final, ao saber que, para concluir a graduação, teria que entregar um trabalho de conclusão de curso. Em meio a muitos aprendizados e conhecimentos adquiridos nessa trajetória, foi despertado em mim o desejo de conhecer, analisar os procedimentos que ocorrem nos acampamentos MST; compreender como se dava todo o processo de luta nesses assentamentos.

Ainda no ensino fundamental, na 6ª série, cheguei a conhecer alguns alunos de um acampamento sem-terra, um acampamento que recém havia chegado e se localizava próximo ao meu povoado Coité. Passei a ouvir muitos moradores da cidade vizinha falarem a respeito desses povos sem-terra, que eram relacionados a estereótipos, preconceitos e maus comportamentos. Passei a estudar com alguns alunos do acampamento e frequentar a igreja com alguns que eram evangélicos. Nesse período de estudos e cultos, surgiram amizades, respeito e carinho.

Em 2010, quando o acampamento se tornou Assentamento Oziel Alves, comecei a me perguntar, como funcionavam os regimentos, as regras, as ordens dentro do assentamento? Quem determinava o lugar e o dia das ocupações? Como funcionava a organização dentro do assentamento?

Ao terminar o ensino médio e ingressar na faculdade, vi a oportunidade de pesquisar sobre o Assentamento Oziel Alves, analisar e compreender suas demandas, suas normas políticas e seu desenvolvimento. Então, na graduação, comecei a pesquisar o assentamento no que se refere à questão de gênero no MST. O trabalho da graduação ficou com tema: Gênero, Mulher e Organização Política no Assentamento Oziel Alves, Porto Franco - MA. Foi realizado o projeto e apresentado à orientadora Profa. Dra. Rejane Almeida. Após a aprovação do projeto, visitei o assentamento; apesar de já ter ido várias vezes a eventos religiosos, dessa vez a visita foi como aluna universitária/pesquisadora em busca de conhecimentos.

Na primeira visita, em 2016, apresentei-me e anunciei a pesquisa que pretendia realizar; nesse período, selecionamos 10 (dez) mulheres camponesas para serem entrevistadas. Depois de serem comunicadas, todas aceitaram honradamente falar do contexto histórico e de como se dava a divisão do trabalho dentro do assentamento. Foram dias encantadores, uma pesquisa que mostrou o trabalho das mulheres camponesas, na área da organização, para manter um assentamento melhor e mais aconchegante. A pesquisa foi defendida e aprovada, em 2020, na UFT, campus de Tocantinópolis.

No mesmo ano (2020), após reajustar o projeto do TCC para ficar de acordo com os regimentos do programa da Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), da UFT/UFNT campus de Araguaína, mais uma vez fui aprovada, ingressei no mestrado e continuei realizando a pesquisa no Assentamento Oziel Alves. Subi mais um degrau da escada acadêmica e, junto comigo, a história das mulheres camponesas desse assentamento.

No mestrado, a pesquisa continuou sendo sobre as mulheres camponesas; dessa vez, contudo, seria analisada a Memória das Mulheres Camponesas e sua Participação no processo de luta por terra e território. Para a realização da pesquisa, foram escolhidas quatro (4) mulheres que também tiveram e têm uma representatividade dentro do assentamento. Essas iriam lembrar todo o processo vivido nesse percurso de luta para a conquista da terra, e relatar as lutas enfrentadas no seu dia a dia depois da posse da terra.

Novamente, as mulheres me acolheram e relataram seus momentos vividos durante todo o processo de luta para obterem a posse do Assentamento Oziel Alves. Umas me contavam histórias debaixo da área das suas casas já construídas; outras relatavam os acontecimentos no meio de seus lotes, sentadas no chão, cercadas por frutas e legumes;

algumas estavam no quintal, debaixo de uma sombra de pé de caju, sentindo o vento do tempo; uma delas, inclusive, chegou a contar suas histórias enquanto quebrava coco, sentada no chão por cima de uma perna, cercada pelas cascas e pelo coco babaçu, momentos de grandes riquezas. Foram dois anos de pesquisa, vivência e conhecimentos adquiridos sobre essas mulheres camponesas.

No período da pesquisa, passamos por momentos complicados com o surgimento da covid-19; sem saber como realizar a pesquisa, nesse tempo tão obscuro, optamos pela realização a distância. Nessa modalidade, a abordagem das entrevistas deixaria passar muitos detalhes importantes, questões muito favoráveis à pesquisa; mas, devido às circunstâncias, dessa forma estaríamos seguras e protegidas. Preparamos um roteiro de perguntas que pudesse nos guiar nas entrevistas e que fizesse com que as mulheres camponesas se sentissem mais confortáveis em contar suas histórias de vida. Mas, com o passar dos dias, a vacina chegando e todos imunizados, tivemos o privilégio de realizar as entrevistas pessoalmente, estabelecer um pouco de contato, analisar mais de perto suas emoções no momento das falas e seus lugares de aconchego, além de adquirir conhecimentos sobre suas histórias de vida.

Antes das pesquisas, alguns conhecimentos não eram vistos nem valorizados. Mas, meu percurso acadêmico, desde a graduação até o mestrado, fez com que eu tivesse um olhar diferente sobre suas culturas, tradições e valores. Ao me distanciar daquilo em que acreditava e observar, analisar, pude compreender as demandas, as lutas e os motivos maiores que os levam ao enfrentamento, durante anos e anos de acampadas, e à resistências para conseguirem a terra. E, mesmo depois da terra conquistada, saber que a luta continua por melhorias, infraestrutura e políticas; enfim, por uma vida estabilizada.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE</b> .....	30
2.1. A luta pela terra e a Participação das mulheres Camponesas .....	32
2.2. Mulheres camponesas: Memórias e Trajetórias das histórias de vida .....	39
2.3. Organização Política: No processo do acampamento e após a terra assentada.....	42
<b>3 MULHERES CAMPONESAS EM PROCESSO DE LUTA: MEMÓRIAS DE ACAMPADAS</b> .....	47
3.1 Luta das mulheres pelo direito a terra e território .....	47
3.2. “Do aconchego ao movimento” lembranças de um percurso de luta. ....	52
3.3 Acampamento: A participação das mulheres na luta pela terra .....	58
3.4 Apresentação do assentamento Oziel Alves .....	63
<b>4. ASSENTAMENTO OZIEL ALVES: TERRITÓRIO DE LUTA E DO PROTAGONISMO DE MULHERES CAMPONESAS NO MARANHÃO</b> .....	68
4.1 A conquista da Terra .....	68
4.2. Organização e participação política das mulheres camponesas.....	80
4.3 A participação das mulheres camponesas no território assentamento Oziel Alves .....	84
4.4 O orgulho de serem assentadas .....	91
<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	97
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100

## 1 INTRODUÇÃO

O MST, um dos movimentos que luta por mudanças na nossa sociedade, nasce no cenário político e econômico brasileiro da década de 1980. Seus objetivos são as mudanças sociais, políticas e econômicas no País, além da construção de uma sociedade mais justa onde a classe trabalhadora tivesse adequadas condições de trabalho, terras para a produção de alimentos, saúde, educação e políticas públicas para modificar a estrutura patriarcal de desigualdades sociais, assim como o racismo na sociedade capitalista. Nesse sentido, a presente pesquisa traz como tema Mulheres Camponesas e sua participação na luta por terra e território. O campesinato é a principal forma social de trabalho para a realização de suas produções e a valorização da cultura familiar. Essa está presente em todas as formas de trabalho dessas camponesas nas roças e nos quintais: são agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras, sem-terra e assentadas que representam a soma da diversidade do nosso País.

Fernandes (2000) nos mostra que o Brasil é marcado por movimentos de lutas pela vida, entretanto, a questão é que muitos movimentos não relatam a posição das mulheres na linha de frente; no MST, nos deparamos com o posicionamento da mulher dentro do movimento. Apesar das invisibilidades tratadas pela história, as mulheres têm um papel de protagonismo nas lutas travadas pelos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a pesquisa aponta a participação das mulheres no contexto histórico para a criação do assentamento. A partir da questão norteadora da pesquisa — qual o papel da mulher durante a luta pela terra e pós-conquista da terra para a organização do território Assentamento Oziel Alves? — Temos como hipótese que as mulheres, enquanto sujeitas políticas, desempenham um papel importante nessa luta e que estão nos processos de participação política, social, econômica e cultural, desempenhando ações de ocupação e reivindicação junto ao Estado na busca por transformações na sociedade.

Ocorre que a participação não é somente um instrumento para solução de problemas, mas sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano, como o são a comida, o sono e a saúde [...] a participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, a natureza e o mundo (BORDENAVE, 1983, p. 16).

No campo político, as mulheres visam a uma participação na formação política, lutando contra diversos preconceitos e por outros direitos sociais, culturais e econômicos.

Nesses espaços, são potencializadas as possibilidades de visibilização, e a necessidade do reconhecimento da força política e produtiva da mulher.

Como objetivo geral, buscamos compreender por meio das memórias das mulheres camponesas sua participação no processo de luta pela terra e pelo território do Assentamento Oziel Alves, Porto Franco, MA. Os objetivos específicos são analisar os aspectos teóricos, abordando as principais categorias de análise da pesquisa; verificar a participação das mulheres camponesas na luta por terra e território no processo de territorialização no assentamento, e buscar compreender as práticas políticas e culturais das mulheres camponesas na construção e na organização do assentamento.

Nas memórias, vemos as lembranças pessoais serem reconstruídas; em um momento presente e transformado, o autor reconstrói seu passado e projeta seu presente e seu futuro. Sobre esse processo de rememoração, Thompson (1997) aborda um caráter transformador que a memória oferece ao indivíduo ao rememorar fatos já ocorridos, dando-lhe a possibilidade de traçar novos horizontes até então não imaginados. Nesse processo, ocorre uma aprendizagem para o historiador, que passa a ouvir e se relacionar com pessoas diferentes, envolvendo-se com histórias que relatam momentos sociais de quem as contou.

Como primeira ação da pesquisa, desenvolvemos a revisão bibliográfica de pesquisas realizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Scielo e no *Google* acadêmico, com os seguintes descritores: memórias, mulheres camponesas e território, mulheres do MST e política.

**Quadro 1 - Memória**

<b>Ano de defesa</b>	1979	1990
<b>Instituição</b>	Unesp	Edições Vértices (livro)
<b>Título</b>	Memória e sociedade	A memória coletiva
<b>Objeto</b>	Reconstruir uma determinada cidade a partir da memória social de sujeitos idosos, cidadãos que participaram da construção da cidade. A história contada pelas lembranças dos povos mais vividos.	A memória individual construída a partir de referências e lembranças próprias do grupo diz respeito, portanto, a um ponto de vista sobre a memória coletiva.
<b>Resultado</b>	Para Ecléa Bosi, uma das funções sociais dos mais velhos é recordar, ou seja, reconstruir o passado a partir de um olhar do presente. Considerando que o ato de lembrar é fundamental à ressignificação da vida do indivíduo e ao reconhecimento de si próprio.	A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos e paixões que atribuímos a nós mesmos tem, em realidade, inspiração no grupo. As memórias subsistem porque fazem parte de um conjunto de valorações e significados comuns a todos os membros do grupo, na medida em que as imagens privadas que cada um tem do passado são submetidas a padrões adequados que se mantêm coletivamente.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

**Quadro 2 - Mulheres Camponesas e Território**

Ano de defesa	2014	2015	2016
Instituição	UFS	GEOLUTAS/UFGD	PPGE
Título	Viver e pertencer: identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe	O trabalho das mulheres e a Agroecologia nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares, em São Miguel do Iguaçu, e Ander Rodolfo Henrique, em Diamante do Oeste – Paraná	O Protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra
Objeto	Discutir alguns pressupostos teóricos inerentes ao conceito de território, essenciais para a compreensão dos assentamentos rurais expressos como territórios e das identidades territoriais construídas.	Analisar, por meio de entrevistas, o trabalho e a participação das mulheres em diversas atividades nos assentamentos. As relações de gênero analisadas evidenciam mecanismos para o crescente empoderamento das mulheres, que são excluídas de certos espaços decisórios.	Analisar o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela conquista da terra, e a relação homem-mulher na ação da luta para determinar seu espaço na sociedade.
Resultado	Enquanto novo território, esse espaço adquire uma outra forma de organização territorial, estabelecendo novas relações econômicas, políticas e de identidade social e territorial. Muito mais do que um lugar de morada, esses assentamentos passam a representar um espaço onde novos laços de sociabilidade e de solidariedade são estabelecidos.	Percebe-se que as mulheres têm um papel fundamental para a permanência da família na terra, pois elas realizam atividades tanto no lote como em casa. Enquanto os homens assumem o papel de “provedor” da família, desenvolvendo atividades relacionadas com a produção.	Indicou que as mulheres reescreveram rotas pré-estabelecidas que determinavam seu lugar. Ademais, as lutas empreendidas por elas se tornam uma ação necessária para a conquista de seus direitos.

Fonte: Elaborado pela autora.

**Quadro 3 - Mulheres do MST e Política**

Ano de defesa	2006	2015	2019
Instituição	UFBA	UFCG	UEPB
Título	Muitas mulheres, um movimento: História e participação política das mulheres do MST na Bahia - 1987/2001	“Margaridas” em jardins sem-terra: um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba	Do silenciamento à participação política: as mulheres em atuação na Brigada Caetés-PB
Objeto	Investigar a participação das mulheres do MST na política, a partir de relatos e narrativas públicas do MST nos anos 1987/2001.	Observar atitudes, estratégias de negociação que já foram adotadas por algumas mulheres militantes do MST para obter representatividade e projeção política no contexto	Problematizar como ocorre o processo da participação política envolvendo as mulheres do MST em Brigadas – PB. Sendo

		de vida rural.	um espaço delimitado que abriga todas as participações políticas.
<b>Resultado</b>	O papel da liderança é fundamental para a manutenção e a sobrevivência dos movimentos sociais. Percebe-se que as mulheres contribuem com o movimento e ressignificam suas histórias de vida e trajetórias no movimento.	As mulheres acabam obtendo uma certa visibilidade social que lhes dá a responsabilidade de estar no embate da luta pela terra e por condições dignas de permanência nela. Não buscam conquistar espaços por uma questão de disputa de gênero, mas para a inserção dos interesses da família, da comunidade, do assentamento/acampamento; enfim, por interesses que envolvem uma rede de sociabilidades entre os espaços privado e público.	As mulheres do MST da cidade de Brigada Caetés têm uma participação nas lutas, diariamente, visando à realização da reforma agrária, ao próprio reconhecimento e a seu espaço no campo.

**Fonte:** Elaborado pela autora.

A partir dessa revisão bibliográfica, trabalhamos com as categorias de território, territorialização, territorialidade, mulheres camponesas, participação, luta pela terra, cultura, organização política do MST, história de vida com história oral e memórias. Para tanto, mobilizamos os principais autores: Raffestin (1993) Refati (2015), Haesbaert (2006), Saquet (2007), Ivanilson (2016) e Dourado (2014) para a efetivação dos conceitos de “território” e “territorialidade”. Bosi (1979), Portelli (1997) Santos (2017), que trazem em seus textos os conceitos sobre memórias a partir da história de vida. Conceição (2006), Araújo (2019), Ferreira (2015) para analisar as categorias, território e territorialidade.

O entendimento sobre as diversas concepções de território perpassa necessariamente pela questão do poder, ou seja, pelo exercício do poder em todas as escalas. Igualmente pode-se afirmar que o exercício desse poder, suas formas de expressão influenciaram na produção conceitual do território e na formação de territórios enquanto realidade concreta (DOURADO, 2014, p. 82).

Os conflitos agrários<sup>1</sup> vêm ocorrendo, no Brasil, há décadas, devido à expansão de propriedades, tanto por políticos como por fazendeiros empresários do agronegócio. Terras que poderiam ser ocupadas pela agricultura familiar para produzir alimentos.

<sup>1</sup> Tavares dos Santos, José Vicente. Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. *Pontificia Universidad Javeriana*. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000.

O MST é uma organização de camponeses sem-terra<sup>2</sup> que luta pela reforma agrária desde 1970. O movimento tem sua gênese em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná.

O MST, fundado há mais de uma década é o mais dinâmico movimento rural da América Latina. Suas atividades envolvem mais de meio milhão de trabalhadores rurais, incluindo membros de cooperativas, ocupantes de terras e afiliados rurais num território que abrange a maior parte do Brasil. Desde o início da década de 80, o MST foi além da assistência social para a classe trabalhadora, ocupando grandes áreas rurais não cultivadas e organizando cooperativas. Transformando num movimento de larga escala para alterar relações de posse da terra e por último o sistema socioeconômico (CALDART, 2001 p. 16).

Com isso, o movimento passou a defender uma reforma agrária sobre o controle dos trabalhadores. Com o MST, surgiram conflitos, estratégias de resistência, organizações, representações políticas na luta pela terra e para a permanência nela. Esmeraldo (2013) relata que, na maioria das situações, as mulheres assentadas, que já foram “boias-frias”, não tiveram oportunidades para tomar decisões sobre sua vida. Eram desinformadas sobre várias questões políticas que regiam os assentamentos.

Em relação ao processo da organização no movimento, Caldart (2001) destaca que ocorre um aprendizado coletivo, que, com o passar do tempo, acaba se tornando cultura, hábitos, valores, posturas, expressões de vida social vivida no movimento. E, por mais que estejam juntos nessas experiências vivenciadas no grupo, nem todos aprendem do mesmo jeito ou carregam consigo o mesmo ensinamento; cada um traz, nas suas bagagens, culturas, costumes e valores próprios. Thompson (1998), ao realizar seus estudos na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, aborda que o costume e a cultura só podem ser compreendidos se forem contextualizados levando em consideração as transformações históricas e analisados, empiricamente, em um recorte de tempo e espaço.

Thompson (1992) relata sobre inúmeras fontes a situação das classes pobres para obterem uma terra, um espaço para sua produção; o autor ainda destaca que as classes pobres para lutar por seus direitos adquiridos, na maioria das vezes, ultrapassam cercamentos e derrubam muros, além de usarem outras formas de acesso ao pasto. Essas ações acabam levando-os a processos pelos proprietários das terras e, geralmente, perdem os pobres o direito ao usufruto das terras antes comunais. A seguir, apresentaremos o resumo dos capítulos bem como os resultados da pesquisa.

---

<sup>2</sup> O MST nasce como um movimento camponês composto por vários nomes de movimentos de lutas; assim, o nome Movimento Sem-Terra representa a luta e a resistência desses povos camponeses, conhecidos também como: meeiros, trabalhadores, posseiros, trabalhadores rurais (ALNEIDA, 2017).

Após a introdução, o capítulo 1 tratará das abordagens teóricas sobre categorias que possibilitam a compreensão dos temas, dos conceitos e das principais reflexões sobre o objetivo da pesquisa. Abordando uma contextualização teórica do processo de luta pela terra e pelo território, com base em alguns autores que trabalha com o tema, mobilizamos conceitos sobre território e territorialização, refletindo como o processo de territorialização dos assentados promove uma transformação, no espaço, sobre várias perspectivas — sobretudo a identitária e cultural. Também aborda as lutas das mulheres camponesas no território brasileiro e sua participação na luta, no movimento, na política, na educação e na economia. No processo de luta por terra, o espaço de resistência é construído quando o movimento apresenta à sociedade sua ocupação em um determinado lugar. Assim, o capítulo 2 também trará uma contextualização sobre as memórias das mulheres ao rememorar todo um processo de luta — de acampadas a assentadas — olhando para o passado e analisando o seu presente.

O capítulo 2 tratará sobre as mulheres camponesas em processo de luta e de construção do assentamento Oziel Alves, enquanto acampamento, e as formas de resistência dessas acampadas em todo o processo de luta. O capítulo também apresentará a participação das mulheres camponesas no período de acampadas (2004–2010) onde viveram debaixo de barracos de palha com lonas pretas, realizando ocupações em diversos lugares.

O acampamento é um dos primeiros passos como estratégia da luta e, nesse processo, as acampadas enfrentam diversos problemas e dificuldades que serão destacados durante esse capítulo. No decorrer do texto, veremos que a vida das acampadas é uma mistura de sentimentos, como medo, angústia e alegria, e que também precisa manter a ordem e o bom andamento da organização. Também abordaremos, no capítulo 3, as narrativas das mulheres camponesas do Assentamento Oziel Alves, buscando rememorar seus percursos de vida no período de acampadas; apresentando suas participações na luta, na política, e na produção de culturas. Nesse processo de lembranças, veremos um encontro com o passado e o presente dessas mulheres camponesas.

O capítulo 3 relata a da vida das mulheres camponesas no assentamento Oziel Alves após a terra assentada, buscando identificar o protagonismo dessas mulheres dentro desse território. O capítulo aborda a conquista da terra e todos os procedimentos realizados para o assentamento das famílias (com foco na vivência do grupo) e para mantê-las na terra após serem assentadas. Mostra suas formas de resistência, as mudanças que ocorrem quando se toma posse da terra, a organização política, a produção no assentamento e a questão da divisão de trabalho entre mulheres e homens. Nesse capítulo, propomos questionamentos a respeito da vida no assentamento, destacando sempre os espaços ocupados pelas mulheres

camponesas em todo o processo de luta e vivência no lugar. Também traz narrativas das assentadas, que nos irão permitir melhor conhecimento sobre o papel ocupado pelas mulheres nesse território, tanto na política como na produção de alimentos na roça e nos quintais produtivos. Por fim, um breve orgulho de serem mulheres assentadas.

Os quintais produtivos são espaços de diversidades de produção de espécies organizados pelas famílias. Estes lugares estão localizados próximos às residências ou no fundo das suas casas, se apresentam com combinações de árvores, hortaliças, plantas medicinais, frutíferas, herbáceas, trepadeiras, muitas vezes em associação com a criação de animais domésticos de pequeno porte como galinhas, porcos e plantas medicinais (ALMEIDA; MILHOMEM, 2020, p. 10).

Os quintais produtivos são formas de resistência das mulheres após a luta pela terra; são produções onde elas mantêm seus conhecimentos adquiridos ao longo de suas vivências e saberes que são passados de geração a geração. “O desenvolvimento local está baseado na diversidade de produtos, levando em consideração a tradição milenar de cultivo da terra.” (ALMEIDA; MILHOMEM, 2020, p. 10). Observa-se, nesse processo de relação produtiva dos quintais, que esse é um espaço ocupado totalmente pelas mulheres camponesas; de acordo com as autoras, essas produções, nos quintais, são realizações que garantem uma segurança alimentar para a família e para o assentamento por inteiro.

Ao longo desse percurso de estudos, aborda, nas considerações finais, uma reflexão da luta das mulheres camponesas em todo o processo histórico para a conquista da terra e do território do Assentamento Oziel Alves, referindo-se aos lugares ocupados por essas mulheres antes e depois da terra conquistada. O objetivo principal da pesquisa consiste em compreender, por meio de suas memórias, a participação das mulheres camponesas no processo de luta pela terra e pelo território do Assentamento Oziel Alves. Esse indicou que as mulheres vêm mantendo um trabalho ativo dentro do assentamento, e que, também no período de acampadas, participavam de construção e desmontagem de barracos, produção alimentar para o sustento da família. Hoje, depois de assentadas, mantêm suas culturas e valores com a terra.

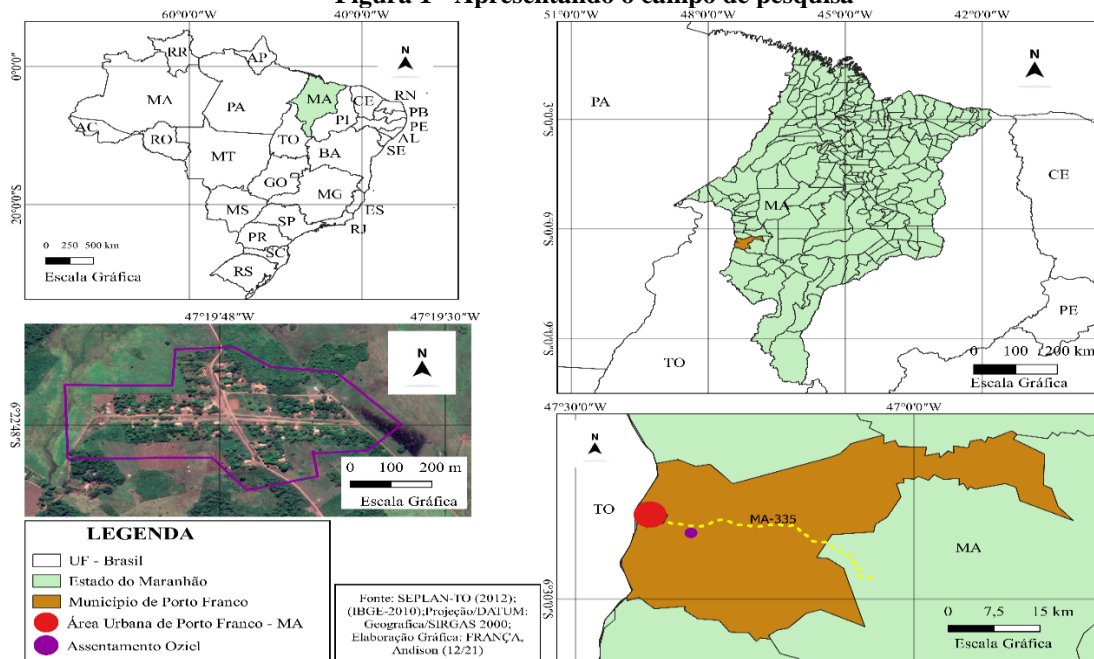
A pesquisa procurou analisar os aspectos teóricos, abordando as principais categorias de análise da pesquisa, em um contexto histórico que mostra as mulheres camponesas em suas vivências, com suas diversas bagagens cheias de conhecimentos, saberes, resistência, participação, cultura e conquistas adquiridas dentro do movimento.

A pesquisa buscou verificar a participação das mulheres camponesas na luta pela terra e território no processo de territorialização no Assentamento e buscar compreender as práticas

políticas e culturais das mulheres camponesas na luta pela construção e organização do assentamento, onde indicou que as mulheres mantêm seu trabalho ativo tanto na organização política enquanto acampadas como depois de assentadas. São mulheres camponesas que têm sua visibilidade nesse processo de luta e que, depois de assentadas, continuam resistindo todos os dias, no campo, nos serviços domésticos, na produção, nas organizações e em muitos outros espaços.

Percebe-se que essas mulheres camponesas do Assentamento Oziel Alves sempre estiveram presentes na luta por terra, desde as reuniões à frente da linha e a organização do acampamento até a resistência do assentamento, a luta sempre foi de todas; de uma forma ou de outra, elas estavam presentes.

**Figura 1 - Apresentando o campo de pesquisa**



Fonte: Andison Antonio, 2021

Segundo a imagem anterior, o assentamento Oziel Alves, está localizado na BR-335, tem cerca de 866 hectares, na distância de 6 quilômetros, na estrada de São João do Paraíso, MA, próximo ao povoado Coité, um pequeno povoado do município de Porto Franco, MA.

O assentamento tem quase 19 anos de existência, surgiu ainda como acampamento em 4 de junho de 2004, a partir de uma reunião convocada pelo MST, e decidiram realizar sua primeira ocupação na Fazenda Santa Maria. Segundo dona Francisca Silva — conhecida como Chiquinha (entrevistada) — que está presente no movimento desde o início, em 2004, eles passaram ali apenas dois dias na primeira ocupação.

Para entendermos um pouco sobre esse percurso de ocupação dos assentados do Assentamento Oziel Alves, as falas das protagonistas indicam que, após saírem da fazenda

Santa Maria, foram para o Incra, mas não conseguiram o que objetivavam. Então, voltaram e ficaram na “beira da estrada” por um ano; logo depois, ocuparam a fazenda Divino Garcia, onde passaram um período. Depois, voltaram para o Incra. Durante esse tempo, até se encontrarem no local atual, o movimento era liderado por três representantes: Rubens Antônio Nascimento, Dantas e Danilo (nome completo). Essa população passou por muitas dificuldades e sofrimentos. No decorrer da trajetória, Danilo e Dantas saíram da representatividade do movimento, que ficou com Rubens Nascimento. Esse passou bastante tempo na coordenação. Em 2021, Dantas está novamente representando o assentamento. O processo de ocupação como mostra a pesquisa, foram muitas idas e vindas, principalmente ao Incra, até chegarem no local destinado.

**Figura 2 - Imagem do assentamento Oziel Alves**



**Fonte:** [https://www.google.com/maps/place/Porto+Franco,+MA,+65970-000/@-6.3479228:](https://www.google.com/maps/place/Porto+Franco,+MA,+65970-000/@-6.3479228)  
Acesso em 10 out. 2021.

A Figura 2 nos mostra como o assentamento é nos dias de hoje, sua estrutura e a formação das estradas. O local tem cerca de 22 famílias assentadas, na dimensão da área de 866 hectares, com divisão para cada lote com cerca de duas linhas e 10m de terra (50m de frente e 60m de fundo dos lotes), construções públicas (escola) e templos de religiões. É um povoado que está em crescimento e, pouco a pouco, está se estruturando com rede de luz, água encanada, campo de futebol e futuras construções, como mais um poço de água para a comunidade. Além das 22 famílias do assentamento, outras famílias das cidades vizinhas “compraram” lotes no assentamento, o que é proibido.

Morais (2020, p. 44) relata sobre o processo de transição de acampados para assentados e diz que quando surge o assentamento a luta continua:

É importante compreender que, logo após um acampamento se tornar assentamento, não quer dizer que a luta acabou. A partir disso, ainda existem sérios desafios a serem vencidos, como uma boa organização dentro do assentamento, uma boa estrutura referente a água encanada, rede de energia, escolas, estradas em boas condições para se locomoverem, transportes escolares etc., ou seja, um assentamento com uma estabilidade para os seus moradores.

Quando se tornam assentados, algumas mudanças acabam ocorrendo, como no assentamento Oziel Alves, onde a participação das mulheres não é mais a mesma e a organização mudou. A seguir, veremos as mudanças ocorridas na transição de acampamento para assentamento, incluindo a participação das mulheres.

**Figura 3 - Centro do Assentamento Oziel Alves**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

O centro do assentamento localiza-se na divisa das duas ruas que o compõem, uma se chama Santa Luzia e a outra Maria Chagas. Ao lado, em uma das estradas principais, está um campo de futebol, utilizado pelos moradores do assentamento e, muitas vezes, por pessoas do povoado vizinho. Já do outro lado, uma casa com um bar na própria residência.

O assentamento ainda se encontra em fase de desenvolvimento mesmo tendo já conquistado diversos fatores, como rede de energia, água encanada e outros benefícios para a comunidade. No assentamento, valorizam plantações tradicionais, como pequi, frutas comuns e plantas medicinais. A partir do momento em que eles se instalaram no assentamento, iniciaram suas produções e começaram se estruturar, construir e plantar nas roças, exercendo suas culturas e valores.

Enquanto objetivo da pesquisa, buscamos compreender a participação das mulheres na luta pela terra e pelo território, em dois períodos: de 2003 a 2010, quando estavam

acampadas, e a partir de 2010, quando se tornaram assentadas no município de Porto Franco, no estado do Maranhão. Sobre o relacionamento entre investigador e investigado, Thiollent afirma:

[...] deve ser visto como comunicação de informação num determinado espaço sociopolítico configurado em formas que varia segundo as populações, os problemas investigados, sua relação com o poder e os interesses que estão em jogo. Neste contexto, mais do que a precisão de qualquer tipo de mediação, o que importa é a pertinência das questões e das respostas formuladas na interação entre os dois pontos (THIOLLENT, 1980, p. 23).

No decorrer das entrevistas, tentamos ao máximo, dentro do possível, uma interlocução entre pesquisadora e interlocutoras, ou seja, não levamos somente em conta o conteúdo das falas, mas também aspectos não verbais, como pausas, expressões faciais e risos. Esses fatores, apesar de não serem suficientes como resposta às questões levantadas, naquele momento, mostraram-se importantes como forma de interação entre o entrevistador e o entrevistado.

Adotamos uma abordagem teórico-metodológica, em uma perspectiva interdisciplinar de pesquisa, promovendo o diálogo em diferentes áreas do conhecimento e rompendo com as hierarquias dos saberes (POMBO, 2006).

Nossa pesquisa pretende analisar a presença feminina na luta por terra e território, com base nas memórias das experiências vividas por essas mulheres camponesas. Os sentidos são criados e passados por intermédio da linguagem, que pode ser dos mais diversos tipos: escrita, falada, por meio de imagens, objetos, expressões faciais, linguagem corporal e música. Comunicar-se com a outra pessoa é entendê-la de alguma forma, e isso pode acontecer de maneiras diferentes além do uso de palavras. O papel da representação e a associação com a linguagem é muito simples, as línguas operam por sistemas de representações e é a representação que liga o sentido e a linguagem à cultura (POMBO, 2006).

Entretanto, também não se pode desconsiderar a questão cultural do assentamento Oziel, os valores que os diferenciam, sua representação e cultura, seus hábitos e costumes. Procurando entender as diversas atuações das mulheres, no interior do assentamento, realizamos análises acerca das seguintes orientações: os papéis desempenhados por mulheres dentro do assentamento e os cargos ocupados na organização, que, por vezes, integram relações sociais desiguais entre o masculino e o feminino.

Para tanto, foram entrevistadas quatro mulheres do assentamento; o critério de escolha foi ter participado, desde o início, da luta pela terra e, ainda hoje viverem no assentamento.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, cujas protagonistas são mulheres camponesas, optamos pelo uso da história oral de vida por “[...] tratar-se da narrativa do conjunto de experiências de vida de uma pessoa” (MEIHY, 1992, p. 197). A partir dessas narrativas orais, pretendemos destacar as histórias de vida das mulheres assentadas, com ênfase no seu protagonismo na luta pela terra conquistada. Buscando compreender a trajetória de vida de cada assentada, colhendo a partir de seus relatos os desafios e conflitos enfrentados na conquista desse território. Conforme Thompson:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória [...]. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (1992, p. 17).

Por meio da história oral, esta pesquisa pode se expandir, trazendo uma dimensão viva das experiências pelas quais passaram essas mulheres camponesas. Tanto os momentos vivenciados no coletivo como os no individual são compartilhados pelas narrativas estabelecidas entre interlocutoras e pesquisadora.

A história oral, em essência, é uma tentativa de reconectar o ponto de vista nativo, local, vindo de baixo, e o ponto de vista científico, global, visto de cima: de contextualizar aquilo que é local e de permitir que o global o reconheça. A história oral, então, junta a história vinda de cima e a história vinda de baixo em um mesmo texto – em uma mesa de negociação – criando um diálogo igualitário entre a consciência que os historiadores têm dos padrões espaciais e temporais mais amplos e a narrativa pessoal, mais pontualmente focada, do narrador local. (PORTELLI, 2016, p. 150).

Corroborando as reflexões de Portelli, Ecléa Bosi (PORTELLI, 1994 *apud* BOSI, 2016) fala que, por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador das camadas do passado a que tem acesso, pode reter objetos que são, para ele — e só para ele — significativos dentro de um tesouro comum. Ao rememorar os momentos vividos, o passado se torna presente novamente nas lembranças de cada indivíduo, com uma construção psíquica e intelectual, fragmentos representativos desse passado com imagens e ideias. Para Meihy (2005), a memória presente nos relatos orais não é sinônimo de História Oral, mas a passagem que ocorre para essa etapa se dá por meio da aplicação rigorosa do método, que é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos.

A presença do passado no presente imediato das pessoas é a razão de ser da história oral. Nessa medida, a história oral não só oferece uma mudança no conceito de história, mas, mais do que isso, garante sentido social à vida de depoentes e leitores, que passam a entender a sequência histórica e sentir parte do contexto em que vivem (MEIHY, 2005, p. 19).

As lembranças ocorrem quando são provocadas, impulsionadas a rememorar; quando alguém ou um fato nos induz a voltar no tempo.

A memória é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento. Frequentemente, as mais vívidas recordações afloram depois da entrevista, na hora do cafézinho, na escada, no jardim, ou na despedida do portão. [...] Continuando a escutar, ouviríamos o outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso escutar o infinito (BOSI, 1994, p. 39).

Bosi (1994) nos mostra, ainda, que a imagem-lembrança é momento único, que tem data, refere-se a uma situação individualizada. Com base nessas dimensões do entendimento sobre memórias — trazidas tanto por Meihy (2005) como por Bosi (1994) — pretendemos destacar a importância da presença das mulheres nas lutas camponesas, priorizando suas especificidades e representações na ocupação do território. Sendo assim, as narrativas dessas mulheres foram consideradas um recurso metodológico para destacar o protagonismo das interlocutoras e alcançar os objetivos da pesquisa. Essa que pretende analisar a presença da mulher camponesa no Assentamento Oziel Alves, buscando compreender seus posicionamentos sob a perspectiva de Farias (2013). O autor chama a atenção para o fato de que as mulheres militantes do MST são protagonistas em diversos âmbitos sociais e períodos históricos (seja no espaço privado ou no público), e que se relacionam e não podem ser considerados de modo dicotômico.

Nesse sentido, a pesquisa analisamos a atuação das mulheres camponesas do Assentamento Oziel Alves a partir das suas histórias de vida, na luta pela terra e após a conquista da terra, verificando o protagonismo das mulheres camponesas no assentamento em seu contexto histórico, social, político, econômico e cultural.

A história de vida, um dos métodos que compõem o campo mais amplo da pesquisa qualitativa — e, mais especificamente, da história oral — constitui-se como um dos instrumentos fundamentais das ciências humanas. Para esta pesquisa pretendemos trabalhar com a trajetória de vida das mulheres camponesas, durante a luta e após a luta pela terra.

Não é de hoje que as mulheres vêm lutando pelos seus direitos de votar de ter acesso à educação formal, de participar da vida pública e política, como também de

produzir a ideologia sociocultural mediadora dos comportamentos delas, deixando para traz a condição de dona de lar. (IVANILSON, 2016, p. 77).

De acordo com o autor, as mulheres enfrentam uma luta árdua por seus direitos há muito tempo e esses confrontos vem proporcionando para as mulheres uma visibilidade do seu papel, do seu potencial, do seu trabalho como mulher e assim vêm alcançando diversos espaços e ocupando cargos que até então eram lugares destinados para homens. No capítulo a seguir veremos que a resistência das mulheres na luta pela terra não é diferente, as mulheres camponesas vêm lutando pelo seu reconhecimento nesse processo de conflitos agrários a muitos anos e que hoje elas têm estado presentes na linha de frente, nos confrontos, ou seja, em todo processo de luta por terra e por território.

## 2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

*“Fazer parte do Movimento também traz conhecimento.”*

(Mulher camponesa Francisca Chagas)

Neste capítulo, trataremos aspectos teóricos, abordando as principais categorias de análise da pesquisa sobre o percurso das mulheres camponesas na luta por terra e pela permanência nela, as vivências dessas mulheres no processo de território e territorialidade, que se dá por meio de um processo que envolve conflitos e resistências. São mulheres que atravessaram um longo percurso para obter um espaço produtivo, uma identidade, uma representatividade, cultivando seus valores e suas culturas.

A luta pela terra vem sendo vivenciada no Brasil há muito anos, conflitos esses que são enfrentados por diversas estratégias de atuações, ideológica, políticas entre outras, “no entanto a luta pela terra já estava presente nos espaços dos povos indígenas, os quais foram os primeiros a enfrentar os conflitos contra os colonizadores” com o propósito de defender seu território (REFATI, 2015, p. 26).

Para Raffestin (1993) o território é uma produção a partir do espaço mostrando as relações marcadas pelo poder que é exercido por pessoas ou grupos. As relações de poder, ao inserirem-se nas fissuras sociais, produzem a dominação e a resistência.

[...] espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Raffestin (1993) não recorta o espaço, mas transforma-o em substrato para a “criação” do território. No entanto, vale notar que um território, enquanto tal, não exprime simplesmente um espaço, mas um espaço construído por um ator sintagmático (que realiza uma ação) de acordo com seus objetivos e interesses.

Quando se trata do conceito de território, faz-se necessário clarificar que esse foi elaborado em um contexto de organização do espaço, assumindo diferentes sentidos dos processos históricos e das formas de organização social e política de cada sociedade. Ou seja, cada sociedade produz seu território e sua territorialidade, ao seu modo de viver, conforme suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos e de acordo com suas atividades cotidianas. O território seria, então, o resultado das ações entre os processos históricos e relacionais, com base nas relações sociais estabelecidas, uma vez que não há territórios sem

uma trama de relações sociais (SAQUET, 2007).

Com base nas leituras realizadas sobre diversas dimensões e constructos teóricos dos autores que amparam nossas reflexões (citadas no início do tópico metodológico), o espaço se torna território a partir da apropriação dos sujeitos, e essa apropriação se manifesta nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. O nascimento, e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões como física, econômica, simbólica e sociopolítica; assim, podemos ver que cada território é lapidado a partir das condições e forças internas e externas da comunidade.

Mas, quando se estuda o conceito de território, vemos que os territórios dos assentamentos são transformados por eles em espaços de vida e de trabalho, perpassando múltiplas identidades que são construídas por experiências de vida, convivência, resistência e luta por um projeto de vida. No assentamento Oziel, juntas as mulheres lutaram para a posse da terra e, depois de assentadas, lutaram e lutam para melhores condições de vida.

De uma forma global, sobre território Saquet (2007) ressalta que este significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidade, conexão e rede; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidade. É produto histórico, condição de processos sociais. A partir da visão do autor sobre território, percebemos que, nos processos do assentamento Oziel, os espaços são ocupados pelas mulheres e suas formas de resistências para a construção de um assentamento melhor.

Observamos que a luta para conquistar a terra e permanecer na mesma foi realizada por diversos conflitos em diferentes estratégias de atuação, como, princípios ideológicos e políticos. Porém, com um aspecto em comum, são lutas que se desenvolveram devido ao reflexo da expansão capitalista sobre o campo brasileiro.

A partir das experiências das mulheres em permanecer muitos anos acampadas, constroem-se a participação e a discussão em torno de temas diversos. Essas mulheres não são as mesmas antes e depois do acampamento. Sobre o acampamento Maria da Glória, Ghon (2003) afirma que se torna o momento em que o coletivo está apto para dar um valor positivo ao planejamento, uma organização, divisão de trabalho para suprir com as necessidades do povo acampado. A autora relata que a posse da terra causa mudança na questão da organização política que os camponeses tinham no acampamento. A organização surge como um propósito de conquistar a terra, logo após a terra ser conquistada, essa organização acaba passando por novas transformações.

Com a posse da terra, as famílias organizam outras formas de vida e de trabalho, transformando a construção desse território em um processo cumulativo, produzindo e aprendendo com ele, um contínuo em movimento, produto da intervenção e do trabalho da “mulher” sobre determinado espaço, transformando e interagindo com a natureza (MORAES, 2002).

A intenção é identificar e registrar suas participações na construção do assentamento Oziel Alves e compreender o significado e a importância de suas ações para si, para a família e para a comunidade a qual pertencem. Para compreender o objetivo proposto estudaremos os espaços sociais em que as mulheres vivem, acompanhando suas trajetórias, no processo do assentamento e em outros espaços por elas ocupados.

## **2.1. A luta pela terra e a participação das mulheres camponesas**

No Brasil, as lutas camponesas são realizadas através de sindicatos, entidades, associações e movimentos sociais. E a luta do MST é uma das mais significativas, na qual camponesas e camponeses têm mostrado que também são capazes de resistir à dominação das relações capitalistas de diversas formas, como, por exemplo, por meio de manifestações e ações públicas. Desde sua origem, o MST tem se especializado na luta, tendo como sua principal estratégia a ocupação da terra, o que vem possibilitando a conquista de frações do território, como os assentamentos e, por conseguinte, a sua territorialização.

Fernandes (2000) aborda acerca da luta pela terra/território e da resistência dos camponeses para permanecerem neles. “Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas.” (FERNANDES, 2000, p. 1).

O autor também reporta que devemos diferenciar a luta pela terra da luta pela reforma agrária, pois a luta por terra é mais antiga; nasceu do latifúndio, e ocorre através dos trabalhadores e com a participação de algumas instituições, que lutavam pela terra bem antes do projeto da reforma agrária.

A reivindicação da reforma agrária, do mesmo modo, nasceu nos anos cinquenta como reivindicações dos setores esclarecidos de classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para

a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança (MARTINS, 2000, p. 102).

As reivindicações, os conflitos sociais no território brasileiro não são uma exclusividade de nossos tempos, mas algo que ocorre já alguns séculos. A história do Brasil é repleta de enfrentamentos, de conflitos, de lutas pela terra; são diversas formas de luta no contexto brasileiro, como as ligas camponesas, a luta pelo fim da escravidão, Canudos, Contestado, as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte da história das lutas pela terra e pela liberdade no campo do país. São memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista (OLIVEIRA, 1994, p. 17).

A luta pela terra é uma luta por direitos, por sobrevivência, por uma vida melhor, mais digna, mais justa. Onde não possa haver opressor nem oprimido; onde os sem-terra possam ser herdeiros da terra.

O assentamento Oziel Alves é um espaço de luta e do protagonismo das mulheres camponesas, onde as mulheres assentadas conseguiram conquistar a posse da terra, mesmo enfrentando diversos conflitos com fazendeiros, policiais e pistoleiros, dentre outros problemas que surgem no dia a dia. São meeiros, posseiros, camponesas, mulheres do campo, mulheres da terra, mulheres camponesas que enfrentaram e enfrentam diversos obstáculos para conseguir seus direitos; estão na linha de frente na luta pela reforma agrária, buscando seus objetivos, a visibilidade da sua história, o direito à política, a um espaço, um território, um lugar que possam viver e conviverem. Lugar onde possam dar continuidade a suas culturas, organizações, regras e normas.

Fernandes (2000, p. 25) relata que “[...] as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil.”; ao observarmos o contexto histórico das lutas travadas desde o ano de 1970, ocorrem as lutas para a conquista da liberdade de expressão e de direitos políticos e sociais. Realizando as manifestações organizadas por diversos segmentos da sociedade, encontram-se nessa luta, trabalhadores rurais, membros da Igreja Católica, diversos movimentos, operários e professores da academia.

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras

sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2000, p. 1).

São lutas que contaram com a presença de homens e mulheres; mas, nesses espaços, nem sempre relatam que as mulheres se integram nesses campos como trabalhadoras de direitos para a classe como um todo e na luta das questões que dizem respeito a elas enquanto mulheres nesta construção social.

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada, modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Percebendo as dificuldades e impossibilidades da transformação de sua condição, da forma como seu papel de mulher é visto na sociedade individualmente e como as mulheres passam a fazer parte nas lutas coletivas dos trabalhadores.

O protagonismo das mulheres na luta pela terra, portanto, é também uma das dimensões do Movimento Sem Terra. Entretanto, o papel que vêm desempenhando ao longo do processo histórico na luta pela terra no MST e as relações de gênero constituem-se em avanços, mas, contraditoriamente, em recuos, haja vista que as mulheres em luta buscam também sua inserção nas práticas sociais para a conquista da igualdade de gênero, seja nos espaços da luta social, do trabalho, quanto da política e isto não se configura facilmente (ALMEIDA, 2017, p. 198).

O processo de crescimento da participação das mulheres na luta pela posse da terra no Brasil possibilitou a essas mulheres as dimensões da força e potencial de sua formação e organização política, com sua participação no I Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, marca a luta do campo.

A luta das mulheres desencadeada na década de 1980 pelo reconhecimento de sua profissão como trabalhadora rural é permeada pelo signo da contradição. Ao mesmo tempo em que seu trabalho é considerado como “ajuda” no interior das relações familiares para que se possa cumprir e manter a ordem moral e de autoridade entre o casal, o trabalho feminino é afirmado e positivado publicamente para fomentar as lutas pelo seu reconhecimento profissional (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Todos esses são exemplos de mulheres que lutaram e de muitas outras que lutam para romper a visão do lugar de subalternidade socialmente construído para elas, integrando-se às

lutas sociais mais importantes da história do país, mostrando assim como as lutas travadas pela terra no Brasil é repleta da participação feminina.

A presença das mulheres pode ser vista com uma estratégia de sensibilização para influenciar a intenção da polícia de fazer uso da violência. Esta não é a única forma dos sem - terras tentarem se defender, pois além da tática de colocar as crianças e mulheres na frente, há uma retaguarda de homens, a priori despostos a reagir, o que pressupõe que essa disposição tem um efeito simbólico importante. É como se o próprio movimento hierarquizasse a função social de crianças, mulheres e homens, a fim de constituir um território de resistência favorável para suas concepções de luta (CONCEIÇÃO, 2006, p. 63).

As mulheres sempre fizeram parte de um movimento social camponês em um País marcado pela concentração de terras. Desde o início do MST, as mulheres estavam presentes na luta, nas ocupações, nos acampamentos e assentamentos; elas sempre estiveram no meio da multidão, mas nem sempre chegaram a tomar decisões, dar opinião ou mesmo coordenar algum grupo. Hoje, as mulheres têm conquistado e se destacado em diversos setores, como no político e na educação; ainda podemos ver que, mesmo com os avanços das mulheres, nem todos os departamentos aceitam a liderança de uma mulher, validam sua opinião ou acatam sua decisão final.

Observa-se que as mulheres sempre estão presentes quando a luta se torna mais intensa, e vemos as mulheres na linha de frente lutando ao lado do homem. Ao passar por esses problemas, elas acabam voltando para um espaço mais fechado, onde suas opiniões não são tão ouvidas ou aceitas. Devido os esses acontecimentos, as mulheres se organizam para buscar seus direitos e conquistar novos espaços dentro do próprio movimento e na sociedade como um todo.

A inclusão das mulheres na luta por terra, no meio político e em diversas áreas vem abrindo novas janelas, oportunidade para as mulheres, ou seja, a participação das mulheres nos movimentos é também está na linha de frente, nas reuniões, opinar, como fala Bordenave (1983):

A participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos (BORDENAVE, 1983, p. 12).

Pode-se dizer que a participação das mulheres foi muito importante para o movimento desde os fins dos anos 1970, pois a partir daí a luta pela terra deixa de ter um caráter apenas masculino e passa a envolver contingentes de famílias inteiras. Entretanto, a maioria das lideranças do MST ainda são exercidas por homens, o que leva as mulheres a continuar

resistindo para quebrar alguns tabus que as impedem de alcançar uma representatividade no meio político, no movimento e em outras questões.

Scott (1989, p. 19) relata que “gênero” significa reconhecer que homem e mulher são “[...] ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes, ou seja, quando parecem fixadas, elas recebem apesar de tudo, definições alternativas, negativas ou reprimidas [...]” e com a desigualdade existente nas áreas econômica, social e política, passou a ser motivo de preocupação, dando mais motivos para a luta da igualdade ente mulheres e homens.

O trabalho feminino no campo contribui de forma significativa para a permanência da família na terra, pois as mulheres desenvolvem uma série de atividades no lote, em casa, na agroecologia, em políticas públicas. No entanto a divisão sexual do trabalho, atribui papel distintos para cada um dos sexos. Geralmente as mulheres é reservada a esfera do privado, na família rural são educadas para assumirem as atividades reprodutivas e domésticas e mesmo que desenvolvam tarefas fora do lá seu trabalho não é reconhecido, considerado com uma ajuda, ou como um “não-trabalho”. Enquanto o homem assume o papel do provedor da família, sendo lhe reservado o local público da produção (REFATI, 2015, p. 93).

A partir das trajetórias de lutas das mulheres camponesas, ao longo do tempo, pela posse da terra, podemos observar, em suas memórias, as formas de resistência para permanecer no território, ingressar no espaço político, na educação, na linha de frente durante a luta, suas experiências vividas, sua participação como todo, dentro desse processo de luta, território, territorialização e cultural. Nessa transformação de acampadas para assentadas, as mulheres se encontram presentes nesses espaços, num âmbito considerado majoritariamente masculino.

Denise Melo (2010) chama a atenção para o fato de que as mesmo as mulheres já conquistando vários espaços, o preconceito ainda existia.

Já em 1986, depois de dois anos após sua fundação oficial, as mulheres trabalhadoras rurais assentadas pelo MST, denunciam falhas na busca de superação de antigos preconceitos que impedem a conquista de relações igualitárias mesmo nas áreas influenciadas pelo movimento (MELO, 2010: p.120).

A importância da presença da mulher na luta pela terra está no trabalho cotidiano por ela realizado, ou seja, atua não só no campo, no trabalho cotidiano, como também em casa, com os serviços domésticos e quando tem oportunidade atua na militância política.

A luta das mulheres camponesas é notadamente por direitos e por uma vida digna no campo, é, sobretudo, uma luta por espaços democráticos de participação e organização das trabalhadoras do campo, como um movimento classista, porque elas compõem a classe trabalhadora e buscam relações de igualdades em uma sociedade

tão desigual tanto para a classe quanto para as mulheres (ALMEIDA, 2017, p. 197).

A mulher desempenha papel muito importante para o MST e o seu reconhecimento para o movimento passa por transformações. Entretanto, também não se pode desconsiderar a questão cultural do Assentamento Oziel, valores que os diferenciam, sua representação, cultura, hábitos e seus costumes. Para entender as diversas atuações das mulheres no interior do assentamento, foram realizadas análises acerca das seguintes orientações: os papéis desempenhados por mulheres e homens dentro do assentamento; os cargos ocupados na organização, que por vezes intrigam relações sociais desiguais entre o masculino e o feminino.

Mesmo após um acampamento se tornar assentamento, os moradores ainda lutam para obter “uma boa organização dentro assentamento, uma boa infraestrutura referente a água encanada, rede de energia, escolas etc.” Morais (2020), uma estabilidade melhor, uma infraestrutura melhor para o assentamento, dando continuidade as suas culturas e territorialidades.

A terra, para o/a camponês/a, não é apenas um objeto de trabalho, onde possa ocorrer apenas uma relação do plantar e colher, mas uma produção de territorialidade. Vê-se a terra não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor.

Caldart (2000) relata no seu texto sobre a pedagogia do movimento (MST) que os camponeses sem-terra se educam no seu processo de luta, como um novo camponês, que enquanto se transforma nesse processo ele também está superando seu de antigo camponês.

De novo é preciso dizer que a cabeça do antigo camponês ou boia-fria, vira de ponta cabeça, e uma nova visão de mundo aos poucos vai sendo construída, sempre na relação com tradições que continua carregando, seja como complemento, como contradição, ou já como síntese. (CALDART, 2000, p. 118).

O momento vivido no acampamento e na ocupação são definidos por Caldart (2000) como “extraordinário”; no assentamento, os sem-terra são pressionados a voltar ao modo de vida de camponês do passado, antes da entrada no MST.

A luta de resistência para ficar na terra faz com que busquem outros meios de vida, para sustentar a família, como organização baseadas no associativismo e no trabalho comunitário.

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem matérias de jornais.

Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de microatos que resultaram na barreira (SCOTT, 2002, p. 253).

O autor chama atenção para as resistências cotidianas que quase nunca aparecem como significativas nas mídias, e que não têm destaque nos jornais. Mas, são formas de resistir as dificuldades encontradas no cotidiano e que podem provocar mudanças, a partir de demandas de um grupo social.

Vemos que muitos assentamentos — ao ocuparem um território para estruturar suas culturas, regras e normas — recebem nomes de militantes que morreram durante a luta. O sentimento é por alguma coisa e revela a maneira pela qual o “eu” é “afetado” (TUAN, 1983, p. 17). Essa é uma das ações encarada pelos assentados e assentadas como uma política de memória histórica das lutas e da construção dos territórios de resistências; uma forma simbólica de eternizar os companheiros de luta que partiram lutando para conquistar um espaço para territorializar.

Sob a ótica do MST, um assentamento rural emerge como um território de utopias. Há a preocupação em imprimir um significado a esses lugares, marcá-los com sonhos e ações humanas, construí-los como novas sociedades e novas culturas. Geertz (2008, p. 50) expressa a cultura como uma forma de impor regras de comportamentos, implicando significados para os que vivenciam, sendo “[...] um ser humano sem cultura seria apenas uma monstruosidade sem mente [...]”, ou seja, a mente humana é dependente de recursos naturais e a cultura não é apenas um complemento, mas um ingrediente para o cérebro.

Após a criação de um assentamento, muitas pessoas da zona urbana acabam indo morar nesse local e mantêm seu contato com a terra, dando início a sua produção, criação de animais e outros. De acordo com algumas leituras e pesquisas já existentes, muitos desses moradores vindos da zona urbana, e que hoje residem nos assentamentos, aprenderam no movimento e com os outros que sempre estiveram presentes no movimento, a trabalhar com a terra. A demanda de pessoas que da cidade que residem nos assentamentos e acampamentos é muito grande e muitos deles defendem os direitos dos povos assentados.

Dessa forma, assentar-se na terra representa a possibilidade de transformação da vida em família, a partir do trabalho. Depois da terra conquistada as mulheres divide o espaço de trabalho com o companheiro, atua nos afazeres da casa e na roça. A presença feminina está ocupando os espaços de trabalho tanto nos serviços domésticos como na roça, ou seja, as

mulheres camponesas estabelecem uma relação entre os serviços da casa como na roça, atuando nesses dois espaços ao lado do companheiro para obter o sustento da família.

Morais (2020) aborda que há uma organização de trabalho coletivo de mulheres e homens, no assentamento onde elas têm uma representatividade para realizar meios de ocupar um determinado local, e mobilizações para que possam ter a posse da terra.

## **2.2 Mulheres camponesas: Memórias e Trajetórias das histórias de vida**

As mulheres camponesas estão presentes no Movimento da luta pela terra há muito tempo, elas vêm sendo protagonistas nesse processo de luta, há diversos anos, as quais têm vivido vários confrontos, trazem em suas trajetórias de vida desse Movimento, lembranças, aprendizagem, vitórias, luto, forças, cicatrizes, tanto no corpo como na alma, e a posse da terra. Trazem em suas bagagens, histórias carregadas de inspirações, para o mundo e seus descendentes, como afirma Caldart (2000) que nesse processo de luta também se adquiri, aprendizagens que é possível mudar as condições de vida.

A luta travada pelo MST envolve tanto mulheres como homens, crianças e idosos, pois um dos seus pontos principais é a reforma agrária, isso é o que diferencia o MST das outras organizações políticas, sindicatos e partidos políticos (ESMERALDO, 2013). Podemos observar nessas lutas travadas pelo MST que é visível a participação política das mulheres na linha de frente para obterem a posse da terra e direitos sociais. Apesar das mulheres estarem presentes na organização dos acampamentos e dos assentamentos, têm muitas dificuldades para exercerem os cargos de lideranças, como chegar a ser representantes, liderança de um acampamento ou assentamento.

No assentamento Oziel Alves, por exemplo, onde realizamos a pesquisa, as mulheres camponesas, até o presente momento, não tinham ocupado esse cargo; entretanto, já ocupavam cargos como secretárias e tesoureiras (MORAIS 2020).

As mulheres vêm ultrapassando diversas barreiras e ocupando espaços que antes era ocupado apenas pelo homem. Para Almeida (2017) as mulheres têm se posicionado como protagonistas principais do movimento.

Diante da realidade marcada por dificuldades e desafios, as mulheres vão conhecendo a realidade uma das outras; elas se assumem como sujeitos de sua própria vida e como protagonistas de suas histórias. Juntas, constroem um movimento nacional de mulheres do campo, em meio a uma diversidade de expressões culturais, regionalidades e práticas sociais, possibilitando que suas ações

publicizem à sociedade os limites e barbáries do capital (ALMEIDA, 2017, p. 199).

A luta das mulheres tem proporcionado melhores visibilidades, demonstrado a sua importância para com o movimento tanto na área política como na educação, na linha de frente dos confrontos, na representação de grupos.

A partir da perspectiva da História Oral, como método de análise e procedimento de coleta de dados, podemos construir conceitos de narrativas orais de história de vida com base nas memórias das mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves. São mulheres que enfrentaram diversos conflitos durante seu período de acampadas e que ainda enfrentam desafios depois de assentadas. São momentos vividos por essas mulheres ainda não relatados, histórias de vida que pretendemos compreender suas trajetórias, através de suas narrativas.

A história oral como já mencionado, vem neste trabalho como método de pesquisa para dar mais ênfase, poder e clareza nos relatos que serão realizados por essas mulheres.

Dar visibilidade a narrativa de mulheres não significa apenas integrá-las à história masculina, acrescentando informações e curiosidades sem analisar suas implicações. Publicitar seus testemunhos é vincular os acontecimentos privados aos problemas sociais, é revelar micro poderes cotidianos, demonstrando que uma leitura de gênero modifica o quadro geral da história ou da memória coletiva. (ROVAL, 2016, p. 15-16).

A História Oral produz narrativas orais que são narrativas de memórias; por meio delas, as entrevistadas não só observam a si mesmas, mas também mostram como são vistas por outros sujeitos. Portelli (1997) nos dá a entender que o mais importante do que a objetividade dos fatos é como os protagonistas vivenciam os momentos relatados. A maneira como as interlocutoras contam a história é, na realidade, o objeto de estudo da oralidade, ou seja, “[...] as memórias do lugar constituem relações que são sociais e especiais.” (SANTOS, 2017, p. 21).

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processo diacrônico e sincrônico da vida em sociedade. (DELGADO, 2011, p. 45).

Nesse momento de encontro com passado e presente, ao rememorar os acontecimentos, ocorre uma fusão entre história e memória. Ao relemburar os fatos, o indivíduo acaba viajando no tempo e na história. Quando rememoramos, olhamos para o passado com os olhos do presente, com toda a bagagem de experiências, a memória traz a

representação da realidade de um grupo, da comunidade, da sociedade, com suas experiências vividas e dos seus dias atuais.

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com dados emprestados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 1990, p. 70).

A memória traz sentimentos nostálgicos, de lugares e pessoas que marcaram a trajetória de vida dos indivíduos. Bosi (1979), no seu livro *Memória e Sociedade*, aborda uma memória tanto pessoal e familiar como em grupo, apresentando o modo de ser das pessoas mais velhas entrevistadas e de suas culturas a qual fazem parte. O foco principal para a autora é valorizar as suas lembranças reproduzindo a história de suas vidas. Nessa concepção, a memória possui múltiplas dimensões, podendo ser exteriorizada por meio das emoções, dos gestos e até mesmo pelo silêncio. Há muita coisa entre os espaços das falas, uma pausa, há sempre um recorte.

A memória não é apenas um depositário passivo de fatos, mas um processo ativo de criação de significações. Assim, a utilidade específica das fontes orais para o historiador repousa não tanto em suas habilidades de preservar o passado, quanto nas muitas mudanças forjadas pela memória. Estas modificações revelam o esforço dos narradores em buscar sentido no passado e dar forma às suas vidas, e colocar a entrevista e a narração em seu contexto histórico (PORTELLI, 1997, p. 33).

Quando observamos o ato, e não somente seu produto, percebemos que lembrar e narrar são inteiramente influenciados pelo contexto histórico dos quadros sociais da memória (HALBWACHS, 1990); enfim, dos cálculos filtrados pelas responsabilidades individuais: é na mente do sujeito que se elabora a recordação, e é por meio de sua palavra que ela vem comunicada, Para Bosi o passado é visitado frequentemente pelo o presente “[...] o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência.” (BOSI, 1994, p. 59).

As memórias são organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos objetivos e materiais (MEIHY, 2005, p. 63). E em seu movimento incessante entre o individual e o coletivo na elaboração da experiência e na construção e interpretação do real as memórias envolvem, ainda, as categorias de tempo e espaço.

Na trajetória das mulheres camponesas do Assentamento Oziel para obter a posse da terra, ocorreram diversos momentos difíceis, acontecimentos desconhecidos para a sociedade; momentos que ainda não foram “aprisionados” pela escrita (BOSI, 1979) e que, através da história oral, podemos trazer à tona, florescer os momentos vividos, as experiências de vida de cada mulher camponesa entrevistada. A memória seria a conservação ou reestruturação do passado, onde resulta a sua flexibilidade.

O essencial é que o momento em que compreendemos vem logo, quando a memória ainda está viva. Assim, é da própria lembrança, em torno dela, que vemos de alguma forma raiar seu significado histórico. Pela atitude da gente grande diante do fato que nos impressionara tão vivamente, sabíamos muito bem que ele merecia ser retido. Se nos lembrarmos, é porque sentíamos que a nossa volta todas se preocupavam com ele. Mais tarde, compreendemos melhor por quê. No começo, a lembrança estava muito dentro da borda, agarrada nas ervas das margens. Da mesma forma, as correntes de pensamento social atravessam o espírito da criança, mas somente com o tempo arrastaria consigo tudo o que lhes pertencem. (HALBWACHS, 2003, p. 82).

São memórias de grupo onde o autor considera histórias, principalmente lembranças que são recordadas por todos os demais sujeitos do mesmo grupo, ou seja, a memória se torna parte de todos os momentos, tanto históricos como naturais e outros, ela também é tanto individual como coletiva. A memória é um território repleto de lembranças, experiências vividas por cada indivíduo, por meio das quais abre-se um portal que dá acesso a diversos acontecimentos importantes na vivência dos sujeitos. Portanto, a memória nunca é a mesma. “[...] é a reflexão do homem [mulher] sobre sua vida e seu tempo.” (DELGADO, 2010, p. 48, grifos da autora). A memória nada mais é do que as experiências vividas pelo sujeito no tempo.

### **2.3 Organização política no processo do acampamento e após a terra assentada**

Para falarmos da participação das mulheres camponesas nas organizações políticas desenvolvidas no assentamento, durante suas vivências de acampadas e depois de assentadas, trataremos como um dos principais autores Conceição (2006), Araújo (2019) e Ferreira (2015), além de outros que contribuiram com a realização da pesquisa. Constatamos com base nos autores que as mulheres sempre estiveram presentes durante os confrontos mais que nem sempre são vistas com capacidade suficiente para ocupar um cargo de representante, coordenadora ou outros cargos que sejam destinados a liderança a uma posição de poder elevado.

A reunião é um instrumento utilizado por um grupo para organizar situações e objetivos em comum; os movimentos são formas organizadas, em momentos determinados ou permanentes para se alcançar um fim desejado; as associações são mais formais que os movimentos, permanentes e com participantes determinados (aceitos pelo grupo) (ARAÚJO, 2019 p. 33).

Araújo nos mostra que a participação política sempre esteve presente no dia a dia de cada grupo, com suas regras e normas, para um desenvolvimento e andamento melhor da comunidade e “A participação da mulher na luta pela terra é decisiva. Esse processo de apropriação da terra passa por dois momentos distintos: o da conquista do lote e o da organização e administração do assentamento.” (FERREIRA, 2015, p. 45).

Neste sentido, podemos ressaltar a importante participação da mulher em praticamente todas as instâncias que constituem as lutas pela terra, as quais vão desde a ocupação dos assentamentos até a organização deste. A mulher tem um papel fundamental em todo esse processo político de conquista da terra e estruturação de uma nova dinâmica que estabelece diferenciações nas relações sociais e no manejo dos recursos naturais disponíveis nos assentamentos (FERREIRA, 2015, p. 47).

Quando surge um acampamento, formam-se novas regras, objetivos, estratégias, normas de convivência, onde muitos não os tinham como prática no seu dia a dia. Isso, de certo modo, constitui-se uma ruptura com o modo de vida anterior à ocupação. Nesse processo, a luta cotidiana assume a forma coletiva. É dentro da coletividade que as relações sociais são construídas e reconstruídas.

O acampamento se constituiu em uma forma de resistência e de organização camponesa na luta pela terra e se estabeleceu como uma tática de ação coletiva, adotada pelo movimento nas reivindicações por transformação da estrutura da propriedade rural. Isso porque o acampamento resulta da ocupação de terras improdutivas (ALMEIDA, 2017, p. 117).

Mesmo que o acampamento não tenha sido o início da luta, mas está e sempre esteve inserido na trajetória de vida das mulheres e homens “boias-frias”, meeiros, posseiros, pequenos agricultores, arrendatários e desempregados do campo e da cidade como estratégia de sobrevivência, mas também como um espaço de coletivização, onde as famílias acampadas, lutam para manter no espaço ocupado e se estruturarem, passando de acampadas para assentadas, mas dentro desse processo existem diversos fatores para alcançar a posse da terra. Essas formas buscam sobreviver o dia a dia dentro de uma ordem que se conformou como dominação. Como aborda Scott (2002), são formas cotidianas de

resistência, que possuem uma dimensão oculta, que não ficam tão públicas e por isso não geram um confronto aberto.

Após estarem no acampamento, percebe-se que ocorre a construção de uma identidade Sem Terra como classe social; ou seja, a luta se trava não só para a conquista da terra, mas também para permanecer no território. As famílias acampadas lutam para manter uma produção, para adquirir sustento para a família, como, plantação de mandioca, milho, feijão, bananas, e dentre outros alimentos que possam tanto ser consumidos pela família, como também para venda em feiras nas cidades. As mulheres realizam plantações no seu próprio quintal, como, canteiros, ervas, plantas medicinais, dentre outros.

Com a formação do acampamento precisa-se de nova organização como destaca Caldart (2000, p. 15):

A organização interna de um acampamento começa com a formação dos chamados núcleos de base, constituídos entre dez e trinta famílias e segundo o critério inicial de proximidade, geralmente a partir do município de procedência dos acampados. Através dos núcleos é organizada a divisão das tarefas necessárias para garantir a vida diária do acampamento: alimentação, higiene, saúde, religião, educação, animação, finanças... Através dos núcleos acontecem as discussões e estudos necessários para tomar as decisões sobre os próximos passos da luta. Os responsáveis pelas diversas tarefas compõem as equipes de trabalho, reunindo regularmente para planejar e avaliar suas atividades. Há uma coordenação geral do acampamento cuja responsabilidade principal é dar unidade à atuação de todas as equipes, bem como encaminhar o processo de negociação e de relacionamento com o conjunto da sociedade local e mais ampla. O fórum máximo de tomada das decisões sobre os rumos do acampamento é a assembleia geral das famílias acampadas, geralmente reunida após uma discussão preliminar das questões nos núcleos de base, canal principal de comunicação entre a coordenação e os acampados.

São organizações internas que tem tido mudanças nos últimos anos, dando novas instâncias para que as famílias acampadas tivessem mais participação ativa nos encontros para a realização da luta. Mudança essas que tem mudado o posicionamento das mulheres, a sua participação, pode se até dizer que essas mudanças fazem parte das conquistas das mulheres. Araújo (2019) afirma que as mulheres vêm conquistando diversos direitos que antes lhe eram negados.

Depois de um longo período de mobilização, no ano de 1985, a categoria trabalhadora rural foi reconhecida e somente em 1988, a partir da promulgação da chamada “Constituição Cidadã” as mulheres camponesas passaram a ter o direito de sindicalização, bem como de acessar os benefícios previdenciários, incluindo o auxílio maternidade, auxílio doença e aposentadoria por idade e também saem da tutela masculina no que se refere ao domínio e posse de terras, que até então não poderia ser acessada pelas mulheres (p. 36).

Ao olharmos para o contexto histórico da construção da luta, das resistências das camponesas para a conquista da terra e a permanência nela, percebe-se a importância do acampamento nessa trajetória; antes de conquistarem o território e se tornarem famílias assentadas, passam por todo um processo de luta e de transformação. Lutas travadas contra policiais, pistoleiros e grileiros para obterem a posse da terra, pois a vivência no acampamento também ensina, transforma e os liberta de certas opressões. Nessa vivência, também se constroem memórias coletivas e individuais com as experiências de vidas.

Em todo assentamento do MST, existem representantes responsáveis em manter uma organização, definir regras, núcleos de base e outras demandas. Para definir um lugar para se territorializarem, eles visualizam a terra, analisam como se dá o meio de produção, como ocorrerá vida dos moradores naquele local.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra permite aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista (OLIVEIRA, 1994, p. 18).

Às mulheres não cabiam o direito a obter a terra, pois há muito tempo já vêm sendo excluídas da reforma agrária. É necessário entender os mecanismos que fazem com que as mulheres fiquem em uma posição inferior aos homens em diversos aspectos.

As mulheres camponesas estão presentes em diversas lutas travadas para conquista da terra e para permanecer no território. Depois da terra conquistada as mulheres camponesas, luta pelo meio de produção, por uma vida melhor, por uma estrutura melhor para o assentamento, ou seja, depois da terra conquistada, a luta não para.

No Brasil, o termo assentamento rural está ligado ao controle e a demarcação de novos espaços criados, para atender à pressão dos trabalhadores rurais. No que tange às ações do governo. O termo refere-se à colonização e a regularização fundiária, a criação e integração de novas propriedades rurais ao processo produtivo, baseado na desapropriação de terras ociosas ou, também na aquisição de imóveis rurais e crédito fundiário (ALMEIDA, 2017, p. 84).

No assentamento, ocorre a divisão de trabalho por parte das famílias, a produção na terra, o papel da mulher, seu lugar ocupado nos espaços políticos, educacional e econômico. São conhecimentos adquiridos, no interior do movimento, durante a luta e depois da terra assentada.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, mesmo em se tratando de apropriações temporárias dos recursos naturais, por grupos sociais classificados muitas vezes como “nômades” e “itinerantes”. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias porventura existentes. (ALMEIDA, 2004, p. 29).

Para Ghon (2003), o acampamento se torna o momento em que o coletivo está apto para dar um valor positivo ao planejamento; uma organização, divisão de trabalho para suprir com as necessidades do povo acampado. A autora relata que a posse da terra causa mudança na questão da organização política que os camponeses tinham no acampamento. A organização surge como um propósito de conquistar a terra, logo após a terra ser conquistada, essa organização acaba passando por novas transformações.

Nos primeiros anos de 1980, ocorreram várias reuniões de estudos e discussões entre lideranças do MST que, entre outras coisas, registraram em seus relatórios que a “pouca” participação feminina era um problema que o Movimento precisava resolver. E em um ir e vir de teorias e práticas recortadas e reconstituídas os investimentos feitos na perspectiva de resolver essa questão acabaram aparecendo nos acampamentos e, principalmente, em assentamentos ao longo dos anos (MELO, 2004, p. 270).

As mulheres camponesas têm avançado a cada dia acreditando no seu potencial e na sua capacidade de ocupar o espaço que a sociedade define para os homens. Elas têm estado presentes nas lutas travadas desde o movimento e os surgimentos dos acampamentos, na construção e desmontagem de barracos, no enfrentamento ao INCRA e dentre outras resistências para conquistar a terra e permanecer nela.

### **3 MULHERES CAMPONESAS EM PROCESSO DE LUTA: MEMÓRIAS DE ACAMPADAS**

*“Militante, lavradora, quebradeira de coco e descascadora de mandioca.”*

(Francisca Silva, mulher camponesa)

A luta pela terra, no Brasil, ocorre desde muitos anos por diversos povos, indivíduos que, ao longo dos anos, foram excluídos de muitos direitos na sociedade e passaram a fazer parte de movimentos sociais de resistência lutando por seus direitos. Entre vários movimentos sociais existentes o movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um dos movimentos sociais que mais luta por Reforma Agrária no Brasil desde 1980, com objetivo de uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Moreira e Targino (1997, p. 296):

O conflito de terra é fruto do choque de interesse entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro, e do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção.

Neste capítulo, pretendemos analisar a participação das mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves na luta pela terra no período de acampadas (2003–2010), uma luta que durou cerca de sete anos de vidas de acampadas. Segundo os dados, foram anos de experiências para essas mulheres, pois tinham uma série de sentimentos, como medo, alegria, angústia; mas, também obtiveram participações diferenciadas nesse processo da luta pela terra. Algumas conseguiram ocupar papéis importantes como a liderança de grupos, mantendo a representatividade e sua organização.

#### **3.1 Luta das mulheres pelo direito a terra e território**

Compreender a participação da mulher no MST nos leva a distinguir os diferentes espaços da sua participação dentro do movimento, como na ocupação que geralmente elas se encontram na linha de frente, nos confrontos com policiais, fazendeiros e políticos. Para Farias e Silva, “A luta pela terra abre horizontes e converge em outras lutas por direitos, como educação, saúde e políticas públicas de permanência na terra. Também luta por uma outra

lógica de vivência das relações políticas, culturais e econômicas. (2022, p. 215). Essa luta proporciona às mulheres uma forma de reivindicar por seus direitos e pelo reconhecimento de seus papéis.

O espaço do acampamento é onde as mulheres muitas vezes ocupam o papel na política e no assentamento que segundo os estudos, inicialmente ocorrem um recuo das mulheres para os serviços domésticos, mas, que ao longo da luta se tornaram protagonistas por meio da formação política. Percebe-se então que há uma diferença em relação a participação da mulher em cada processo de na luta pela terra e pela permanência dela.

Fernandes (2001) apresenta uma leitura da luta pela terra e da resistência camponesa nos cinco séculos de história do Brasil. “Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas” (FERNANDES, 2001, p. 1). Assim também afirma Almeida (2017, p. 60).

Na luta pela terra os camponeses enfrentam os fazendeiros, os grileiros e organizam ações contra o Estado que prioriza a reprodução do capital e o fortalecimento dos latifundiários. Tal processo se identifica com a história das lutas pela terra no Brasil, citadas nas seções anteriores do texto, e a resistência camponesa se manifesta nas ações que ganham formas distintas e se modificam no curso da história do movimento.

A inclusão das mulheres na luta pela terra no Brasil foi parte constituinte de um amplo contexto de luta social enfrentado pelas mulheres no final do ano de 1970, as quais já enfrentaram grandes desafios contra o preconceito estipulado pela sociedade em torno do seu papel dentro dela. A partir dessa data as mulheres vêm ocupando diversos espaços públicos para reivindicar seus direitos, como praças, ruas, igrejas e diversos outros lugares. As mulheres se tornaram grandes símbolos de resistência e de poder, hoje ocupam espaços na área política, educação, saúde, religião e na luta pela terra não tem sido diferente.

Pode-se afirmar que a ação das mulheres foi muito importante para o movimento desde os fins dos anos 70, pois nesta época a luta pela terra deixa de ter um caráter apenas masculino e passa a envolver contingentes de famílias inteiras. Os integrantes do MST recebem como orientação a igualdade entre os gêneros, buscando-se o reconhecimento das mulheres nas áreas como produção, educação e economia. Contudo, a maioria das lideranças do MST ainda são homens, estando o gênero associado à ideia de força (MORAIS, 2020, p. 46).

As mulheres na luta política têm/constroem sua experiência a partir da classe e do gênero ao mesmo tempo que os homens; ou seja, passam a pertencer a um grupo que vive das

mesmas culturas, valores, tradições. Com base nessa ideia, passa a ter novos elementos, como afirma Caldart (2002) “[...] as mulheres não são mais as mesmas, elas mudam seu modo de pensar [...]”, ocorre uma transformação que buscam em certas medidas, esquecer da concepção que é atribuída pela sociedade sobre o que é ser mulher e aquilo que a ela é atribuído. Assim as mulheres criaram espaços de socialização e manifestação com o objetivo da transformação da mulher almejada pelo MST, na qual a emancipação da classe trabalhadora é o objetivo central.

Ao observarmos o contexto da luta e desafios enfrentados pelas mulheres, nos deparamos com uma série de teorias que possuem como ponto de partida, a explicação da inserção da mulher na sociedade, sempre com uma história de “opressão”, que sofreu ao longo da história que vai do trabalho a vida familiar etc.

É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação. É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (LOURO, 1997, p. 21).

As mulheres se integram como trabalhadoras em busca da efetivação de direitos para a classe como um todo, e na luta das questões que dizem respeito a elas enquanto mulheres nesta construção social.

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Aqui percebemos um momento muito importante e de uma grande dimensão, que vem sendo discutido neste trabalho, o sentido coletivo da luta que está pautada pelo movimento. Percebendo as dificuldades e impossibilidades da transformação de sua condição na sociedade de forma individual, as mulheres passam a integrar as lutas coletivas dos trabalhadores.

A luta das mulheres desencadeada na década de 1980 pelo reconhecimento de sua profissão como trabalhadora rural é permeada pelo signo da contradição. Ao mesmo tempo em que seu trabalho é considerado como “ajuda” no interior das relações familiares para que se possa cumprir e manter a ordem moral e de autoridade entre o casal, o trabalho feminino é afirmado e positivado publicamente para fomentar as lutas pelo seu reconhecimento profissional (ESMERALDO, 2013, p. 241).

A luta pela terra no Brasil é inteiramente permeada pela participação das mulheres. Nesta perspectiva, é possível perceber que:

[...] o MST é um dos movimentos que mais mobiliza mulheres para a luta no Brasil. É uma organização que se propõe a reunir famílias para lutar pela terra, por isso as mulheres estão presentes desde os primeiros acampamentos. Mas entre estar presente e participar existe muita diferença (MST, 2010).

No entanto, essa participação ativa faz com que desperta em várias mulheres a consciência de um papel protagonista que desempenham na luta pela política. Assim, foi pela luta das mulheres que desde o seu surgimento na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se posicionou diante das relações sociais desiguais de gênero.

O processo da luta pela terra é predominante durante a trajetória de vida das mulheres, e relatar uma história como a delas em muitos aspectos implica falar também em “invisibilidade”, a qual são submetidas.

Como já comentado antes, o papel das mulheres não era reconhecido na sociedade além de serem como donas do lar. Podemos dizer que esse ocultamento não se trata de algo normal, mas sim um tecido cotidianamente entrelaçado nas representações sociais que dão valores e diferenças nos papéis do homem e da mulher.

Como aborda Bordenave (1983, p. 7) “[...] o interesse por participar tem generalizado nos últimos anos no Brasil e no mundo [...]”, a participação das mulheres nas diversas áreas na luta pela terra, se tornando “mulher sem-terra” tem causado a transgressão de sua invisibilidade tanto social como política. Se observarmos o papel que ela vem ocupando em toda a sua trajetória de luta pela terra no MST e nas questões de gênero postas no movimento, percebe-se um conjunto de avanços, recuos e muitos obstáculos. A inclusão da mulher na luta por terra, não só a deixa diante da luta de classes como diante do enfrentamento da questão de gênero.

Ao observarmos a história, vemos que a participação das mulheres na luta pela terra tem proporcionado a elas o direito de pensar por si próprias, ou seja, expor suas opiniões e serem ouvidas, fazendo parte de diversos espaços da luta social. Percebe-se que as mulheres sempre estavam presentes, de uma forma ou de outra, contribuindo para obter a posse da terra. Com a criação do Movimento das Mulheres Rurais na década de 1980, ocorreram duas grandes reivindicações através desse movimento: a inclusão de mulheres nos sindicatos e a

extensão dos benefícios de seguridade social. Dessa forma, as mulheres passaram a ter o direito à licença-maternidade e a aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais.

Ligia Albuquerque e Isaura Rufino (1987) relatam sobre o argumento dos representantes dos sindicatos, que as mulheres uma vez dependentes do seu marido não necessitavam fazer parte do sindicato, pois elas tinham seus benefícios garantidos. A este respeito os estudos de Deere (2004) revelam:

Discriminação contra a mulher era tal que os funcionários do INCRA tomaram por certo que mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior, e não era incomum para mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária. Além disso, quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso à terra quando ele casava e formava sua própria família (p. 184).

A história da luta das mulheres por direito no Brasil, apresenta como referido pela autora inúmeros casos de violação aos direitos das mulheres.

O movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um dos maiores símbolos de resistência as formas de exploração e violação no Brasil. Essa ideia faz com que a apague a estrutura que permite a construção de um poder igualitário e produz desigualdade no campo sobre a concentração de terra, que é mantida por esses marcadores sociais. Dentre eles podemos citar: raça e gênero.

A desigualdade e os espaços ocupados pelas mulheres do MST é algo que já vem debatido desde o início, mesmo que muitas acabam vendo as mulheres apenas como filhas, mães e não militantes, como se espaços de reivindicação política fosse destinado somente para homens. Após tanta invisibilidade das mulheres na luta pública, surgiram os as reivindicações das mulheres pelo seu reconhecimento e assim surgiram os avanços nas áreas da política.

A seguir veremos relatos de mulheres camponesas que vivenciaram todo o processo de luta pela terra desde o período do acampamento até se tornarem assentadas, experiências de vida dessas mulheres as quais relatam seus momentos experienciados no enquanto acampadas.

### 3.2 “Do aconchego ao movimento” lembranças de um percurso de luta.

*“Afagar a terra Conhecer os desejos da terra Cio da terra, propícia estação E fecundar o chão”*

**Milton Nascimento, 1976**

Esta pesquisa reconstitui a história narrada pelas personagens envolvidas no acampamento, Assentamento Oziel Alves onde relatam, que por motivo de força maior passam ingressar no movimento e enfrentam uma longa trajetória de luta de 2004 a 2010 vivendo embaixo de uma lona preta, para isso trazemos as falas de algumas mulheres que saíram de “suas” residências e muitas até mesmos deixaram seus pais, esposo e filhos em casa e saíram para fazer parte do movimento em busca de um pedaço de terra. Esse é o sentido do título desta sessão. Poderíamos perguntar, que tipo de “aconchego” seria esse vivido por essas mulheres camponesas antes de adentrar na luta por terra, uma casa própria? Uma vida estabilizada? Ou simplesmente comida na mesa e um trabalho sem importar como? São várias as maneiras que se pode pensar a respeito, que motivos maiores têm levado essas mulheres a sair de uma determinada posição, para se inserir em um movimento de luta por terra? Pois são diversos fatores que levam uma pessoa a ir para o movimento, fazer parte da luta, de um acampamento, de uma ocupação.

Para início de pesquisa, realizei uma visita no assentamento cumprindo o protocolo da Covid 19, e constatei que todas estavam bem e dispostas a fazer essa viagem no tempo comigo, rememorando suas lembranças sobre as experiências vivida no período de acampadas desde o momento em que decidiram sair do local onde estavam e passar a ocupar lugares desconhecidos e lutar por uma causa que até o momento não saberiam se seria ganho.

Na data marcada com algumas das mulheres camponesas do assentamento, no dia 13 de outubro de 2021, uma hora embaixo de um pé de manga, outra hora embaixo de um pé de caju e até mesmo no meio da roça, pois seria onde as mulheres camponesas se sentissem mais à vontade para narrar a história da luta pela terra e território.

Para Thompson (1981), compreender um processo histórico, temos que buscar através das evidências históricas, obter conhecimentos e agir como homens e mulheres agem, em meios a determinadas situações, suas experiências de vida, seus modos, suas relações com o outro e em grupo.

As mulheres camponesas relataram suas experiências de vida, vivida no período do acampamento (2003-2010) quando e como foram os primeiros contatos com o movimento,

seus medos, sonhos, alegrias, elas relembram os momentos vividos desse período de luta, ocupações, reivindicações, enfrentamento ao Estado e aos fazendeiros.

Para algumas das mulheres a luta foi menos dolorida do que para outras, enquanto uma estava na luta pela terra ao lado do marido, outras estavam lutando sozinha porque o marido estava em outra localidade doente, enquanto outra estava arrumando as coisas para ir embora a pedido do marido, pois esse não fazia parte do movimento, mas todas compartilharam desses sentimentos. “Compreender a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimentos” (THOMPSON, 1981, p. 15).

Ao escutarmos as entrevistas, muitas mulheres não acamparam ao lado do marido ou dos filhos. Esse processo de se desfazer daquilo que já estava ali, de deixar o que tinham mesmo sem ser seu e sair a procura de uma vida melhor, deixar a família e ir para o acampamento era também decisões difíceis a se tomar. *“Comecei em 2004. Tinha Necessidade de ter a terra, foi cansativo, nós sofri muito pra conseguir, 10 em 10 dias era mudança, mas não me arrependo, valeu e como valeu”* (Entrevistada, Ledí, 2021).

A decisão de ir para o movimento devia-se a más condições financeiras de não ter um lugar para produzir. Como grande parte das famílias não eram donas da terra onde moravam outras trabalhavam em serviços domésticos, passavam por dificuldades para seu autossustento. Apesar de outros problemas enfrentados, ainda ocorria a dificuldades da ocupação como espaço fora do lar.

A luta das mulheres é algo que vem de longa data desde o final de 1970 e no início de 1980, as quais reivindicam pelo reconhecimento do seu papel e entre outros direitos dentro da sociedade, como a titulação da terra. A luta das mulheres se baseava em duas frentes de lutas, a primeira é na via sindical pelo direito trabalhista, salário e a segunda se torna junto com o MST o qual faz a ocupação como de lutar pela Reforma Agrária.

Para início de conversa as mulheres camponesas começaram rememorando o seu primeiro contato com o movimento, o momento quando decidiu sair de onde residia para lutar “por um pedaço de terra” como elas mesmas dizem. Dona Francisca Silva, hoje com 64 anos de idade, nascida no Centro do Jesuíno Município Lago da Pedra e relata como foi o seu primeiro contato com o movimento e a experiência vivida por ela no início.

Minha irmã, Eles fizeram uma reunião lá no brejão e eu cheguei bem no dia da reunião [...] lá no brejão que eu tava numa fazenda[...] eu morava no Brejão! Ai eu trabalhava fora e todo tempo a gente trabalhou assim mesmo na fazenda dos outros, ai eu cheguei la no brejão no mesmo dia da reunião, ai já fui me incluindo logo, com

três dias, já viemos pra estrada. Ah, minha irmã foi sufoco oh, a gente foi despejado, a gente voltava pra terra de novo (Entrevistada. Francisca Silva, 2021).

A entrevistada relata que a correria e/ou como ela define foi, “sufoco”, vivido a partir do momento que entrou para o Movimento, os diversos enfrentamentos, os policiais, aos fazendeiros e outros obstáculos que surgem no decorrer da luta, mas também ela deixa claro que está muito feliz porque era aquele passo que ela precisava dá para obter a posse da terra.

Não, nós entremos na fazenda, ah esqueci do nome da fazenda (risos), lá perto do brejão. Fazenda do eucalipto. A polícia veio e levou pro INCRA de Açailândia. De Açailândia nós saímos e fomos pra beira da estrada, passamos um ano na beira da estrada. Ah, mas eu digo que foi bom porque não tinha nem onde morar e agora tenho um pedacinho de terra né? bom demais (Entrevistada. Francisca Silva, 2021).

Já dona Francisca Almeida tem 44 anos e relata um pouco da sua experiência de vida no início do Movimento, a qual também expressa que o motivo que a levou fazer parte dele foi a necessidade de terra e que apesar das dificuldades encarou a luta de forma mais tranquila.

Necessidade da gente conseguir uma terra pra trabalhar, porque a gente não tinha condição de comprar aí tivemos que entrar. Foi feito uma reunião e comecei a participar. Meus pais já eram do movimento. Não mim arrependo nenhum pingão, teve muita gente que sofreu mais nós não graças a Deus, Deus sempre...nossa luta foi uma luta tranquila, antes nós nunca entremos em fazenda pra nós invadir, quando entremos na Celmar a polícia foi lá e tirou nós, tudo educado, levou nós pra Açailândia e de lá levou pro INCRA, num teve assim aquele confronto, todo tempo aquele dialogo, nós também, eles dialogava com nós, nós num entendia, nós debatia mais nunca deu coisa não, nunca houve uma luta física, nunca sofreram ameaça, até no Divino Garcia quando nós entramos lá o fazendeiro ia lá e tinha um diálogo bom com nós, saudável, quando foi pra nós sair ele foi lá levou água gelada pra nós, caminhão, porque até então nós que exigia, “nós vamos sair, mais nós quer isso e isso vai trazer não ele vou trazer e ele trazia igualzinho como nós pedíamos, nós que jogava as cartas. Mais durante a luta morreram alguns, éramos 1.200 famílias, alguns desistiram, outros foram divididos por áreas, quando decidiram dá a terra estávamos em 700 famílias (Entrevistada: Francisca Almeida, 2021).

Percebe-se na fala dessa mulher camponesa o gosto de fazer parte do Movimento, no momento da entrevista sempre se manteve com a mesma postura ao falar dos momentos vividos, em uma conversa paralela em uma visita, Dona Francisca relata da vontade e prazer que sente em realizar uma apresentação para o Assentamento e as comunidades vizinhas, a qual representaria a trajetória do povo do MST, o assentamento Oziel Alves em si, desde o período de acampados até se tornarem assentados. Esse momento seria para rememorar o passado até o presente, mostrando onde, como e porque lutaram.

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social nacional. Portanto, toda a memória é, por definição, coletiva (ROUSSOU. 2006, p. 94).

Como Halbwachs (1990) destaca que a memória não é só individual mais também coletiva, o mesmo ocorreu com as mulheres assentadas do assentamento Oziel Alves, no período de acampadas (2003-2010) apesar de cada uma terem seus pensamentos e atitudes diferentes, são memórias de lutas que será partilhada com toda a comunidade. Por isso Dona Francisca Almeida tem esse desejo pois a mesma percebe que os filhos e netos dessa geração que viveu uma luta por terra está deixando o legado morrer, ou seja, a nova geração acaba não valorizando a luta dos seus antecedentes. Com aborda Delgado (2011):

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processo diacrônico e sincrônico da vida em sociedade. (p. 45).

As mulheres encontram em suas memórias lembrança de um tempo que não pode ser apagado mesmo que sua geração venha esquecer do legado que carregam, mas nas lembranças das mulheres que vivenciaram cada momento se tornaram sempre lembranças.

Dona Ledí Silva, 66 anos de idade, entrou no Movimento aos 30 anos. Também relata que o motivo foi a necessidade de ter uma terra e como todas as outras entrevistadas, Ledí entrou para o Movimento já casada e com seus filhos, passou por diversos conflitos mais no final saiu com a posse da terra.

Comecei em 2004. Era porque eu tinha necessidade, porque eu morava nas terras alheia, na casa alheia, aí me sujeitei a fazer esses tipos de coisa e ganhei a terra, e tou dentro dela. Pra mim, aliás, foi só pra mim não, pra nós, foi muito assim cansativo, nós sofremo muito pra conseguir, era um vai e vem, era mudança de 10 em 10 dias, era mudança, não foi muito bom não, porque nós se cansamos muito e sofremos muito pra conseguir essa terra aqui, mas não me arrependo, eu podia tá arrependida se tivesse na casa dos outros aguentando abuso. Valeu e como valeu a luta (Entrevistada: Ledí Lima, 2021).

São relatos de mulheres camponesas que tiveram experiências nas lutas travadas do MST com políticos e fazendeiros. O acampamento está marcado na memória das mulheres que participaram da luta desde o início. Ele era um divisor na vida dessas mulheres, entre a legalidade de continuar vivendo na situação de oprimidos ou partir para um movimento

político que é considerado ilegal pelo Poder Judiciário e pela sociedade. Caldart (2000) aborda sobre os principais objetivos do MST na questão da formação do acampamento: a formação do sem – terra, a sensibilização da opinião pública para com a causa da luta pela terra e a pressão sobre as autoridades, ou seja, os acampados participam de vários momentos no processo da luta como a organização interna, audiências, ocupações, entre outros.

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária. Parte desses espaços de luta e resistência é resultado de ocupações de terra; outra parte está se organizando para preparar a ocupação da terra. A formação do acampamento é fruto do trabalho de base, quando famílias organizadas em movimentos socioterritoriais se manifestam publicamente com a ocupação de um latifúndio. (FERNANDES, 2012, p. 24).

O acampamento simboliza resistência e uma situação de precariedade, na qual as mulheres participaram, desafiando a si mesmas e resistindo. Foram momentos de rupturas de valores tradicionais experimentados por mulheres, homens, crianças e idosos que passaram vários dias, semanas e meses, vivendo debaixo de barracos de lona preta na luz de lamparina. Eram em torno de 1.200 pessoas acampadas, um dia em beiras de estradas, outro dia em fazendas e até mesmo no INCRA em busca de solução. Esse processo de ocupação de resistências, fez com que a polícia, o Estado fossem descortinados, passaram a serem vistos como mandatários das injustiças sociais. Ainda sobre o acampamento, Fernandes (2012, p. 26) salienta que.

O acampamento é lugar de mobilização. Embora os acampamentos mantenham a essência de serem espaço de luta e resistência, conforme a conjuntura política da luta, os sujeitos mudam a forma de organização do acampamento. Os acampamentos como espaços de luta e resistência são lugares que marcam as histórias de vida dos sem-terra.

Dona Ledí conta do que marcou seu momento nos primeiros contatos com o movimento, que foi justamente o medo ao enfrentamento a polícia, pois seu marido estava no meio do movimento, e mesmo com medo sempre teve alegria, e sabia que no fundo conseguiria a sua terra.

Eu toda vida tive alegria, apesar de todo sofrimento eu sempre tive alegria, porque dentro de mim dizia que ia conseguir. Mas fiquei triste assim, vou te contar, quando os meninos invadiram a terra a primeira vez eu não fui, porque quando eles chegaram lá num dia de sexta-feira, no dia de domingo a polícia bateu lá pra tirar todo mundo e meu marido tava lá e eu fiquei com medo porque a polícia quando vai eles querem bater, querem fazer um bocado de coisa, mais graças a Deus não teve nenhum problema não (Entrevistada: Ledí Silva, 2021).

Vemos nas narrativas obtidas na pesquisa, que as mulheres surgem como protagonistas, expondo suas experiências de vidas, suas participações dentro do MST significados que atribuem a suas vidas que marcaram nesse percurso, a visão de dois momentos diferentes o passado e o presente, deixam surgir sentimentos ao navegar na memória, pois são a partir dessas memórias que elas produzem suas verdades.

Para Bosi (2003, 66) “[...] vivemos em uma sociedade a quem foi roubado o domínio do tempo, marcada pela descontinuidade”; ele também relata que “[...] a narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos.”

Com base nessa questão, percebemos que a memória das mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves ou de qualquer outro assentamento, tem avançado para novos caminhos, dando novos significados para suas vidas, nos processos vivenciados pelas mulheres assentadas dentro dos limites de uma “liberdade clandestina”, uma liberdade construída ultrapassando barreiras violentas das opressões de gênero, mais que apesar das dificuldades, as mesmas tem ajudado na resistência de luta pela Reforma Agrária, dando –lhes uma nova visão de luta, de luta pela vida, dando-lhes um novo conceito no fazer-se da luta de classe.

Mesmo que o acampamento venha representar forte tensão e stress para as pessoas era também um momento de alerta nas vidas dessas famílias, pois são momentos em que homens e mulheres passaram a lutarem juntos, exercerem atividades de forma até mais igualitária. O papel das mulheres no período de acampadas passou a ser valorizado e todos os recursos sociais e políticos estavam mobilizados e plenamente ativos.

Dessa forma, as experiências vividas pelas mulheres camponesas, no processo da luta pela terra, proporcionam a elas uma compreensão melhor, um aprendizado e, ao mesmo tempo, permite alcançar seus objetivos. São diversos sentidos que a luta pela terra proporciona para os integrantes do movimento, o acesso à terra, a luta pela igualdade, um novo olhar para as diferenças dos interesses entre cada integrante do grupo social (acampadas e acampados, assentadas e assentados). Essas experiências marcam a luta na vida das mulheres no seu fazer histórico.

As pessoas não experimentam suas experiências apenas como ideias, âmbito do pensamento e de seus procedimentos[...]elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e parentescos, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

A trajetória dessas mulheres mesmo sendo individual acaba sendo também coletivo por práticas e representações que se estabelecem tanto no social como na coletividade que estrutura, tanto no acampamento como no assentamento. A constituição dessas sujeitas coletivas no processo de identificação enquanto mulher, Sem Terra/ assentada, subalternas são mediadas por relações de classe, raça, gênero e geração. Não são identidades individuais, mas estão circunscritas pela e na coletividade.

### **3.3 Acampamento: A participação das mulheres na luta pela terra**

Como já mencionado os conflitos agrários ocorre desde muitos anos em território brasileiro e as mulheres estão presentes nesse movimento, da luta pela terra e território, e as mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves vêm fazendo parte desse movimento desde 2004, ocupando fazendas, acampando nas beiras de estradas e no INCRA. Nesse aspecto, as conquistas obtidas pelos moradores do assentamento é fruto de uma luta coletiva vivida no período do acampamento, como aborda Moraes (2020).

Pode-se afirmar que a ação das mulheres foi muito importante para o movimento desde os fins dos anos 70, pois nesta época a luta pela terra deixa de ter um caráter apenas masculino e passa a envolver contingentes de famílias inteiras. Os integrantes do MST recebem como orientação a igualdade entre os gêneros, buscando-se o reconhecimento das mulheres nas áreas como produção, educação e economia. Contudo, a maioria das lideranças do MST ainda são homens, estando o gênero associado à ideia de força (MORAIS, 2020, p. 46).

Como destaca a autora, na organização do MST, as mulheres têm um papel muito importante e hoje como resultado de suas lutas, elas têm seus nomes na titulação da terra, ocupam espaços políticos do movimento tanto dentro do acampamento, como do assentamento, entre outros benefícios que as mulheres passaram a ter direito. A luta vivida por essas camponesas tem presenciado o ser mulher e ainda hoje têm participação importante.

As dificuldades vividas e a coragem de cada mulher do movimento fazem-se assumir um novo símbolo de resistência, mulheres que saíram do seu lugar de oprimidas e hoje lutam coletivamente.

O que eu nunca vou esquecer é porque quando nós foi despejados ali do Divino Garcia, meu marido vivia no Brejão, trabalhava lá. Ele nunca foi do movimento e quando chegamos lá no INCRA ele mandou recado pra mim ir embora pra casa, ai eu chorei, pra sair, sair do movimento, ai essa peperca ali (mulher) disse assim, mulher eu sei que ruim mesmo ficar sozinha assim, mas só perde quem sai, vai que as vezes tu sai hoje e amanhã já vamos pra perto, ai eu chorei, mais eu fui, só que não levei as coisas, eu deixei as coisas, ai quando eles vieram pra cá foi nesse período que eu tava lá, ai graças a Deus que Deus tocou no coração dela e ela ligou pra mim ai eu vim, senão eu não tava aqui não, que ela não tivesse ligado pra mim vim, eu não tava aqui não. A peperca ligou pra mim, que o povo já ia sair de lá do INCRA pra cá pra dentro da terra, ai foi quando ele disse, ah então agora tu vai, ai eu vim, mais quando eu vim eles já tavam aqui, num deu de eu vir no mesmo dia. Fiquei tão preocupada naquele dia que ele mandou eu ir embora pra casa. Ele tava sofrendo lá sozinho, mais também tava sofrendo aqui com medo da polícia (risos). (Entrevistada: Francisca Silva, 2021).

A terra é para elas não só um espaço de trabalho, mas também é vida, pois é com a terra que eles produzem seus alimentos, as mulheres produzem plantas medicinais, é dela que tiram os frutos de seu trabalho, existe uma grande relação com a terra, com o território, da terra eles também adquirem e reproduzem seus conhecimentos. Assim, elas lutam pela terra e lutam para poder seguir vivendo na terra e da terra.

As lutas e o processo histórico de resistência desses trabalhadores rurais apresentam diferentes formas, desde ocupações até resistência por meses, ou mesmo anos, na terra, muitas vezes em acampamentos ou casas improvisadas. Nesses processos, são surpreendidos por jagunços que os atacam, queimam suas casas, jogam suas famílias à beira da estrada, sem qualquer possibilidade de resistência. Outras vezes, são jagunços acompanhados de policiais militares, oficiais de justiça, que cumprem essa tarefa. As ações mais comuns são despejo, na qual as autoridades muitas vezes são os próprios grileiros, que os atacam (ALMEIDA, 2017, p. 67).

As mulheres demonstram uma capacidade de resistência perante as dificuldades da vida no acampamento e elas não renunciam à terra tão facilmente diante das adversidades e dificuldades que são inerentes a todo o processo. A sobrevivência da família no acampamento também dependia de muita luta, uma área para produção de alimentos, renda para sustentar a família, benefícios que nem todos tinham para utilizar. Dona Francisca Silva, relata que seu sustento vinha do marido que trabalhava na roça e o INCRA dava uma cesta básica todos os meses para as famílias acampadas, nessa parte do sustento da família a participação das mulheres eram na roça.

Percebe-se nas falas das entrevistadas que no acampamento há mudanças, o papel das mulheres e dos homens estipulado pela sociedade, as mulheres saiam do seu espaço isolado dentro do serviço doméstico, destinadas como dona de lar e passaram a ingressar na luta pública, com participação na organização política do acampamento, faziam reuniões, participavam dos debates das ações na luta, organizavam festas e outras atividades. Dona

Francisca Silva relata sobre a participação das mulheres na parte da vigilância no período acampamento. *“Assim na noite das vigílias que a gente tinha que vigiar né, cada mulher ia com seu grupo, vigiar a noite todinha, as que não tinha marido ia, agora as que tinha marido, o marido ia. Nesse tempo existia mais mulher, mais desistiram”*. A desistência de algumas mulheres que faziam parte do movimento antes de se tornarem assentadas, foi devido os problemas enfrentados no dia a dia durante a luta, como muitas ainda correram o risco de desistir por ter um filho doente em casa, ou um pai ou uma mãe para cuidar, não persistiram na luta. De acordo com uma fala de uma outra entrevistada, ela relata que outras mulheres que faziam parte da linha de frente não chegaram a desistir, mas foram direcionadas para outros assentamentos.

Este modo de organização no acampamento se tornou uma estratégia aplicada pelas lideranças do movimento, proveniente do trabalho coletivo dos acampados por meio da colaboração e cooperação da comunidade.

Era só mesmo o movimento do MST e a gente mesmo, cada um ajudava o outro a se organizar, aí montava os grupos, tinha coordenador, cada coordenador coordenava 12 pessoas, 12 famílias, 10 aí a gente tomava de conta do grupo da gente, tipo assim, tem um que adoeceu tá precisando de alguma coisa, a gente ia e ajudava arrecadar. Eu era a representante do grupo, nunca tive problema, todos era adulto, se alguém quisesse sair tinha que comunicar (Entrevistada: Francisca Almeida, 2021).

A participação feminina está presente em várias frentes de lutas e em áreas questionadoras, e transformadoras da realidade, ou seja, as mulheres também fazem parte em muitas organizações, mesmo que a sociedade diga que o homem é o que define o papel da mulher, seus atos e comportamentos, como deve agir em determinadas situações e até mesmo qual espaço ocupar.

A vida no acampamento também se estrutura por meio de organização, que segundo as entrevistadas, ela é composta por coordenadores, representantes e divisões de núcleos, a qual as entrevistadas se reportam como *“núcleos”*, na organização do acampamento as mulheres se destacam mais na participação, relatam que na coordenação havia mais mulheres do que homens.

Sim. Divisão de núcleo, uma coordenação. Cada Qual tinha seu grupo né. Nós tinha o nosso coordenador, agora é que de vez enquanto trocava que eu nem lembro mais do nome, mas o meu coordenador era o seu Nani, eu chamava ele só de Sor. (Entrevistada: Francisca Silva, 2021)

Já dona Francisca Almeida é uma das mulheres que se tornou representante dos núcleos de base no acampamento para melhorar a organização do movimento, ou seja, é uma das protagonistas no processo do acampamento.

Sim. Eu era uma das representante. Cada um ajudava seu grupo construindo barraca e para desmontar barraco, era uns 20 grupos, 12 a 10 famílias por grupos, tinha grupo que tinha até 15 pessoas por causa da amizade. A maior parte da coordenação de grupo era mulher tinha poucos homem, até porque os homem tinha outra coisa para fazer. Tinha um calendário, com o dia de cada grupo, vigiar, amanhã é o grupo cinco, depois o grupo quatro, aí a gente que era do grupo avisava o outro (Entrevistada: Francisca Almeida, 2021).

O Movimento MST é organizado através de assembleias e congressos, sendo a primeira reunião nos próprios assentamentos, o qual mantém sua organização através de núcleos com uma determinada quantidade de famílias, cada grupo possui um representante para manter a organização, esses representantes geralmente são formados por um homem e uma mulher, assim a participação das mulheres é reconhecida na área política. Nessa organicidade realizam-se mobilizações, assembleias, ocupações de terras e formação política, são ações, normas, formas de resistências, planejadas e realizadas nos assentamentos por cada grupos, realizando assim as divisões de trabalhos.

A divisão de trabalho no acampamento se dava através de divisão de grupos, como aborda a entrevistada, o trabalho das mulheres representantes, mantinha a organização do seu grupo e as responsabilidades para suprir com as necessidades, tanto as mulheres como os homens faziam parte da vigilância, da organização política, das necessidades de alimentação e saúde dos integrantes. Enquanto um grupo cuidava da construção dos barracos, outros ficavam na vigilância, assim como também havia as mulheres para cuidarem da alimentação.

As mulheres ao relatar as vivências no acampamento nos mostram as complexidades do processo social do caráter coletivo, os trabalhos coletivos realizados pelos acampados e acampados permaneceram para sustentar e atender as necessidades básicas para aqueles momentos, a questão familiar, a divisão de núcleos, os projetos de vida, medo e ilusões que se propagam no cotidiano do acampamento. Observa-se que são inúmeros motivos que os levam a fazer parte do movimento, sair de uma residência, muitas vezes deixam em casa seus pais, filhos e esposo para alcançar uma vida melhor, pois como se observa nas falas dessas mulheres a força maior que os impulsionam é a necessidade de ter uma renda mínima para suprir com a necessidade de suas famílias, possuir sua própria terra, produção, moradia etc. As mulheres entrevistadas tanto trabalhavam de domésticas, como muitas também moravam em terras alheias, ou seja, ter um lugar para morar, plantar e colher, era seu principal objetivo.

Diante disso, podemos analisar que o motivo que leva as pessoas a fazerem parte do Movimento, de ingressar na luta pela terra, para ocupação, para o acampamento, são os seus problemas, suas necessidades, problemas esses das mais diferentes ordens, podendo ser tanto políticos, econômicos ou ideológicos.

Para Medeiros (2020, p. 43-44), movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural com variadas formas dos grupos se, organizarem. Para a autora os movimentos sociais elaboram diagnósticos sobre a realidade social e com uma pluralidade quanto a forma de organização, desenvolvimento e proposições para mudanças.

Uma vez que novas pessoas chegam seus conhecer e compreender a luta pelo território, dificultando o processo político. Mas a formação política continua sendo a matriz dessa luta.

Podemos perceber que o acampamento é o momento formativo, desde as práticas coletivas que engendra solidariedade e desenvolve formas de sociabilidades na gestão dos conflitos. Por um lado, o MST cresce a cada dia, no qual, homens e mulheres são empurrados pelo desemprego rural e urbano, como hoje em dia que o desemprego cresceu mais ainda com a pandemia. Por outro lado, temos o acampamento que é a realidade mais dura, vivida e encarada todos os dias em lugares desconhecidos e sempre novo para quem vai ocupar, vivendo processos de ocupações e despejos.

No processo de ocupação as mulheres não só ocupam esses espaços de representantes, mas também desenvolvem trabalho atuando neles, organizando desde os princípios do movimento, com as normas e disciplina na organicidade do MST, planejam sempre algo para deixar a ocupação em ordem e no meio de tanta tensão e stress não perderem a beleza da vida, realizam no período de acampadas, reuniões para manterem a ordem e momento festivos.

Tinha e como tinha porque nós era 500 famílias, cada grupo tinha uma mulher coordenadora, primeira minha coordenadora foi a Chica do Passarinho, ai depois passou pra Odete, da Odete foi pra Rosa. Elas ajudava na construção dos barraco, na coordenação, fazia reunião, brincadeiras no dia das mães. Ela reunia o grupo para explicar as coisas o que era pra fazer o que não podia fazer, porque algumas coisa era proibido, como a bebida e muitos ainda bebia escondidos, meu marido meu era um que bebia escondido (risos) (Entrevistada: Ledí Silva, 2021).

Essas mulheres escrevem para si novas histórias, modificando aspectos da realidade, desenvolvem experiências de vida por meio de manifestações culturais, relações sociais, políticas e culturais, lutam por aquilo que acreditam e do que precisam. Para nossas interlocutoras foram momentos difíceis, angustiantes, mais que valeu a pena. Passam a viver um conjunto de conhecimentos, porque fazer parte do movimento não é só lutar por aquilo

que acreditam, mas também é aprender. Temos que compreender que a organização de um acampamento e suas lutas para conquistar benefícios tanto econômicos como políticos e ideológicos, são alcançados se forem construídos juntas, se todos lutarem pelo mesmo objetivo e assim se tornarem um novo ser humano, com novas visões, pois as novas mudanças estruturais serão realizadas por esses novos sujeitos.

Com base nos estudos realizados, percebeu-se que os movimentos sociais buscam atender as necessidades das famílias que o compõe, uma vez que passam por construção de novas identidades, conhecimentos, normas.

No caso das mulheres, durante muito tempo foi negado que as mesmas estivessem presentes nos espaços de decisão da sociedade, mas, a partir de pequenos grupos que se organizaram quando perceberam a necessidade de estarem nestes locais, as mulheres passaram a ter, pouco a pouco, seu espaço e sua voz reconhecidos (ARAÚJO, 2019 p. 32).

Já na conquista do assentamento, ocorrem mudanças na organização política, nos espaços ocupados por mulheres e homens, ou seja, ocorre uma ruptura no papel desempenhado por elas depois da terra conquistada. Depois da posse da terra surgem novos moradores, novos objetivos, organização, demandas, novos obstáculos para lutarem e conquistarem. A luta continua ocorrendo, entretanto não abrange todos/as do assentamento.

### **3.4 Apresentação do assentamento Oziel Alves**

Após oito (8) anos de luta, dor, medo e de vida de acampados, enfim chegou a grande vitória, a posse da terra, um momento desejado e esperado por todas/os, a quantidade de pessoas que faziam parte era muito grande, cerca de 500 famílias, como relatou uma entrevistada: foram divididas por áreas, pois não caberiam todas/os na área do Assentamento Oziel Alves, ficou cerca de umas 29 famílias.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (FERNANDES, 2008, p. 291).

Aqui pretendemos apresentar o Assentamento que é o resultado de uma luta coletiva, que traz em seu nome uma homenagem a um jovem morto na luta em El dourado dos Carajás, no Pará Por detrás de cada tijolinho de casa uma lembrança, uma lágrima, uma história individual. Quando os assentados chegaram no local, não foram bem recebidos; alguns moradores das cidades vizinhas tinham preconceito, os viam como invasores, ladrões. Eram certos adjetivos que atribuíam aos assentados que foram difíceis de encarar. Isso realmente levou a muitas discórdias; mas, com o passar do tempo, as coisas foram mudando, as pessoas passaram a conviver e conhecê-los, hoje é provável que na região dos assentados tenham mais pessoas das cidades vizinhas dos que eram acampados.

O assentamento não é tão mais visto pelas cidades vizinhas com tanto preconceito, hoje se tronou mais valorizado a terra o lugar as festas, e as produções que são vendidas por eles, queijo, doces de leite, azeite, alface, cheiro verde e a produção da farinha que é mais realizada pela comunidade.

Para manter uma organização no assentamento, a organização política é realizada através de uma associação, esse órgão político mantém uma organização no assentamento e trabalha para a sua estruturação. É um órgão que surge depois que o acampamento se torna assentamento, é uma das mudanças de organizações políticas que munda com a conquista da terra, é composto por presidente, secretária, vice-secretária, tesoureira, vice-tesoureira, e outras famílias que compõe o corpo da associação. Para andamento ou cumprimento desse trabalho, todas as vezes que necessita de uma obra no assentamento que envolve a comunidade, o representante convoca todas/os moradoras/es do assentamento. Quando é uma questão mais interna, convocam apenas os componentes da associação.

As construções públicas existentes dentro do assentamento é uma escola de ensino fundamental de séries iniciais, já temos jovens com o ensino médio completo e tentando ingressar na faculdade. As moradias também passaram por algumas mudanças, casas de tábuas e palha e até mesmo de telha são reconstruídas com o dinheiro da venda de alguns lotes destinados a produção.

Quando foi realizada a entrega da terra, os moradores também receberam um lote para a realização da produção (roça). Foram divididos 4 alqueires e 14 linhas de terras para cada família das mulheres assentadas, esses lotes são destinados para a produção, ou seja, o sustento da família, o trabalho na terra; mas, alguns moradores se viram na necessidade de vender para construir suas casas. Essa venda ocorreu apenas com uma parte do lote que dava uma garantia melhor para a construção das casas; assim, a outra parte do lote seria utilizada pelas camponesas para produção de roças. As imagens mostram como eram as construções

das casas, feitas de tábuas, palhas, ou cobertas de telhas e muitas com uma lona por cima para garanti um aconchego melhor nos dias de chuvas, as quais veremos mais a diante.

**Figura 4 - Casas construídas no início do assentamento**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

As casas têm relação com a cultura camponesa, porque são mais frias do que as casas de alvenarias. Mesmo quando constroem suas casas de alvenaria, constroem as casas de palha ou de madeira. Indicando um processo de territorialidade, no qual (Raffestin, 1993, p, 158).

O assentamento é um espaço que representam resultados de luta de processos políticos e sociais, onde as pessoas materializam suas relações sociais ao se territorializarem, reproduzem suas culturas e valores, ou seja, é um espaço onde as se identificam e realizam suas produções.

Com base no autor, as assentadas têm o assentamento não só um lugar, um espaço, um território para se instalarem, construir casa e produções, mas também para manter relações sociais e essas relações vão sendo moldadas na construção e/ou apropriação do território, revelando, assim, as relações marcadas pelo poder. Como aborda Almeida (2017, p. 172), a respeito de ser sem-terra:

É uma identidade que é política e que se torna cultural quando recria relações e tradições, cultiva valores, elabora simbologias e cria e recria laços sociais num processo histórico. Assim, ser Sem - Terra é fazer referência a sujeitos, que, noutra perspectiva, não significa apenas a recuperação de sua condição de camponês; adquirida quando perdeu sua terra para trabalhar, produzir e continuar a viver no campo. Trata-se de um novo sujeito em diferentes perspectivas: por um lado, é o sentido de voltar a terra; voltar ao campo é uma novidade, é um processo de encontro com as raízes perdidas de seus pais e avós.

Ser camponês é um orgulho para eles, ter a terra não apenas como um local de trabalho mais como vida, sustento da família, o seu pedacinho de plantação e reprodução. A criação de assentamentos melhora vida de muitas famílias, sonhos e famílias desabrigadas.

**Figura 5 - Modelos de casas construídas**



**Fonte:** Morais, Alessandra (2020)

As casas construídas é um símbolo de muita luta e conquista, motivo de alegria para as moradoras. Dona Ledí sempre se reporta a sua residência com muita alegria e brilho nos olhos, muito orgulho pela casa que tem. Foi uma conquista árdua, o tempo de espera, as incertezas da construção. Foi preciso renunciar a algumas coisas para conquistar o desejado. Querer também é lutar, insistir para se tornar possível.

Os surgimentos dos assentamentos vêm como uma estratégia para resolver as questões socioeconômicas. A realização desses assentamentos tanto redistribui a terra, como dinamiza a economia, criando sujeitos políticos. O território é visto como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”).

Um espaço conquistado e produzido, resultado das relações internas e externas, e que pela apropriação funcional e simbólica é transformada em território. Esse espaço é chão e identidade, processo e produto, materialização da territorialização da luta pela terra, acesso a uma fração do território. Territórios que se formaram e que contém em si a potência da resistência, resistência esta que redefiniu posições e uma nova estrutura de poder. (DOURADO, 2014, p. 264).

A conquista do assentamento Oziel Alves é a realização de muitas noites acordadas, de vigílias realizadas por um trabalho coletivo de mulheres, homens, crianças e idosos, os quais hoje nem todos possuem uma casa construída, mais está em andamento. Suas plantações, vem da terra separada para os lotes e fazem a realização de grandes e pequenos animais, como vacas, porcos, galinhas e carneiros. O ganho da terra deu a esse povo outro modo de ver a vida, algo que era impossível e se tornou realidade.

No capítulo seguinte, veremos as mudanças ocorridas após a conquista da terra e o protagonismo das mulheres do assentamento Oziel Alves Porto Franco Maranhão. Veremos

como se dá sua participação na divisão de trabalho, na produção para o sustento da família, na política e na organização do assentamento, como ocorreu e ocorre até hoje essa divisão de trabalho no assentamento, e como se cultivam as culturas após a terra conquistada. A questão que se coloca é: como tem sido a luta das mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves?

## 4 ASSENTAMENTO OZIEL ALVES: TERRITÓRIO DE LUTA E DO PROTAGONISMO DE MULHERES CAMPONESAS NO MARANHÃO

*“Queria que fosse na beira do rio sucupira o lote da roça, já o da casa gostei onde está.”*

(Ledí, mulher camponesa)

Com o surgimento dos assentamentos rurais, no Brasil, tem-se a complexidade como característica principal desse contexto; uma ação que envolve diferentes participantes, relações e processos sociais. A criação desses assentamentos é resultado de momentos difíceis vividos pelos camponeses, nas ocupações de terras e na beira de estradas; isso é resultado dos períodos de acampamento em diversos lugares, vivendo embaixo de barracos de lona, enfrentando dificuldades. A territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, e pela sociedade em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Assim, a conquista da terra representa o surgimento de um novo espaço-tempo, de um novo território — territorializado por culturas e representações das vivências individuais e coletivas das camponesas — de projetos familiares realizados dentro do assentamento e que se tornaram espaços produtivos.

### 4.1 A conquista da terra

Ao falarmos a respeito de “luta pela terra”, pensamos na luta por territorialização de sujeitos imersos em um processo de desterritorialização, ou seja, a territorialização ocorre por meio da posse das terras, quando os camponeses passam a criar uma identidade e realizar seus valores e culturas, criando um território. A desterritorialização — em que ocorre a perda das terras, de um espaço onde os camponeses estavam territorializados — abrange não só a dimensão política e simbólica, mas também a dimensão física, como relata Haesbaert (2009, p. 35).

Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui

é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades. Dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de desterritorialização.

A conquista de uma terra é a conquista de novos espaços de vida, um lugar que passa a ter uma importância, um significado. Nessa concepção, o assentamento será um espaço de criação e recriação de um território, um novo começo para uma vida, novas possibilidades de continuar sendo respeitado e existindo. A conquista da terra é o momento mais esperado por todo o grupo que está no movimento.

Os homens e mulheres chegam aos assentamentos e trazem histórias de vida que se apresentam como forte definidor das estratégias familiares, (re) estruturando as alternativas para a permanência nesta terra que foi conquistada, na maioria das vezes com muito sacrifício, sob a lona preta, com pouca comida, mas com esperança de alcançarem dias melhores. (FARIAS, 2008, p. 152).

A conquista do assentamento Oziel Alves era o objetivo principal da luta dessas acampadas; saber que o momento era chegado causou um forte impacto de alegria nos militantes. Dona Francisca Silva relata que, ao saber que ganhou a terra, sentiu uma alegria muito grande; tinha medo de não ganhar por ter ido embora para onde estava seu marido. A convocação aconteceu com todos os militantes e anunciaram que haveria a divisão dos lotes na área destinada. Cada família receberia dois lotes; um seria destinado à construção da casa e o outro às plantações para manter o sustento da família. Para as entrevistadas, os representantes da área decidiram fazer a divisão dos lotes através de sorteios, e, assim, cada um teria seu lote onde fosse sorteado.

Aqui foi todo mundo né, a comunidade toda, o local do assentamento foi todos que escolheu. O presidente perguntou onde era assim que nós queria, aí nós falamos que queria aqui, todo mundo, que ficava mais perto da estrada. A divisão de lote foi no sorteio, ele dividiu os lotes e botaram no sorteio, porque tem muito lote que tem água e tem muitos que não tem água, aí ia dá confusão, tanto o lote aqui (da casa) como lá (roça) foi no sorteio (Entrevistada: Francisca Silva, 2021; grifos nossos).

De acordo com a fala de dona Francisca, entre os lotes para a roça, muitos tinham água, o que beneficiaria a plantação, mas que poderia gerar confusão. Porém, algumas famílias também não faziam muita questão, como dona Francisca Almeida, onde relatou que “não fazia objeções”; onde ganhasse, estaria tudo bem. Dona Ledí relata que: “*Queria que fosse na beira do rio sucupira, o lote da roça, o da casa gostei onde está*”. Mas hoje mantém sua produção, seu sustento e sua casa construída no lugar onde recebeu. Dona Francisca Silva também não fazia objeção do lugar, e relata que o que ela queria era estar lá: “*Minha irmã, eu*

*queria tá era aqui (risos), eu queria era ser dona de minha terra (risos) só que eu sempre pedi a Deus que não me desse minha terra num lugar seco, que num tivesse água, ai ganhei onde tinha água, lá no salobim<sup>3</sup>”* As entrevistadas deixam claro, nas suas falas e nas expressões faciais, a alegria do momento de ganhar a terra. Não se importavam com um lugar onde tivesse lago ou não; o importante era ter um pedacinho de terra.

Assim, foi realizado todo o sorteio, e cada família ficou à espera dos seus lotes. No início de uma criação de assentamento, a paisagem é a mesma de acampamento: casas de lona ou palhas, tocos no quintal e sem nenhuma árvore para fazer sombra. Pouco a pouco, foram construindo um lugar mais aconchegante, tranquilo, com sombras. Um território onde novas e antigas relações são compartilhadas, um espaço que expressa conteúdos históricos, resultantes de processos políticos e sociais. Foram ações de territorialização.

**Figura 6 - Conquista do território do Assentamento Oziel Alves**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

A imagem anterior nos mostra o quanto o assentamento tem se desenvolvido: ruas com mais estabilidade para os moradores se locomoverem, terraplanadas e espaçosas; iluminação durante a noite; casas construídas; rede de energia; saneamento de distribuição de água; unidade escolar de ensino fundamental; pontos comerciais e religiosos. Estruturalmente, as/os moradoras/es têm conseguido renda extra além das suas aposentadorias. Com a

<sup>3</sup> Salobim é o nome de um lugar perto do rio sucupira, onde algumas mulheres assentadas desejavam ganhar seus lotes para fazer as plantações.

produção e a venda de farinha e de outros meios, elas conseguem manter a vida. No assentamento, há uma porcentagem considerável de idosos. Das nossas interlocutoras, a dona Francisca Almeida é a mais nova (44 anos); as outras são velhas (64, 65 e 66 anos) e aposentadas.

As camponesas têm a terra não apenas como um local de trabalho, mas mantêm um vínculo com a terra, ou seja, existe uma relação entre elas, como a produção na agricultura familiar. Trabalhar na terra torna-se um trabalho digno, ou seja, que lhes dá prazer. Elas sentem liberdade por trabalhar na terra e colher o que plantaram. Como aborda Simonetti (2011), “[...] a reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra.” Fazem uso da terra para realizar seu trabalho, sustentar a família e manter o modo de vida no campo, nesse processo da realização da produção na terra e a luta para permanecer nela, vemos a existência da cultura, como aborda Dourado (2014, p. 252), “[...] a cultura é percebida a partir da relação com a terra e com a construção do assentamento, enquanto espaço físico e social, que enquadra e dá sentido [...]”, ou seja, em cada traço do percurso das assentadas, a cultura também se faz presente, que para Claval (2001, p. 63):

A cultura é soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos, dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outras escalas, pelo conjunto dos grupos de quem faz parte [...]. A cultura transforma-se, também sob o efeito das iniciativas ou das inovações de quem florescem no seu seio.

A produção na terra, o trabalho com a produção na roça e nos quintais são um processo de cultura, saberes que as mulheres camponesas vêm adquirindo nas suas vivências, saberes passados de camponesas para camponesas, filhas, netas. São conhecimentos valorosos e respeitados por cada acampada e assentada. O cuidado com a terra mostra a valorização por cada pedacinho de chão; mostra a importância que as camponesas dão à terra e a seus valores.

A imagem a seguir (Figura 7) mostra o trabalho das assentadas, as quais fazem uso da terra para sustentar suas famílias com a produção de diversos alimentos. A imagem destaca, na região, uma área sendo preparada para a realização de plantação de milho e feijão. Nela, percebemos que a terra já foi preparada para a plantação das sementes. A roça de toco, que faz parte da cultura camponesa, é um procedimento, uma tradição constituída por diversos povos. Pelas camponesas, essa roça de toco é conhecida também como coivara, baseado na derrubada e queima da vegetação do local destinado para roça. Segue-se o período da colheita da produção e, após, o declínio da fertilidade do solo; espera-se um tempo para restauração dessa fertilidade.

O modelo da roça de toco é um modelo predominante pelo as camponesas, em que elas realizam suas produções sem produtos químicos. A imagem mostra que, após a colheita do que foi produzido, as camponesas novamente passam a preparar a terra para uma próxima produção. Com a retirada dos cascalhos e veste de produção, a terra volta a sua forma natural e se reconstrói com a mesma vegetação saudável.

**Figura 7 - Lote destinado para produção de territorialidades**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Após se tornarem assentadas, passam a compartilhar as relações culturais como, os costumes da produção das roças, as crenças, as leis destinadas no interior do assentamento e outros valores, assim como o trabalho, que se constitui em uma categoria cultural transmitida por diversos significados para as pessoas do campo. Como relatado antes, a terra tem seu valor de uso, sua representação, e não possui apenas valor de troca, econômico. Os camponeses têm essa relação com a terra, um conhecimento sobre ela; sabem quando é boa ou quando é ruim<sup>4</sup>.

Thompson (1998) aborda a cultura como algo dinâmico, que envolve fatores tanto sociais como políticos e econômicos, onde a classifica como “cultura popular”, ou seja, o comportamento dos indivíduos com base nos costumes que é passado por várias gerações. Para o autor a cultura é uma transformação histórica e podemos percebê-la através de análises empíricas, só pode ser compreendida contextualizada em um recorte, dentro de um determinado tempo e espaço.

<sup>4</sup> <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/valor-uso-x-valor-troca-relacao-as-mercadorias-marx.htm>

**Figura 8 - Solo preparado para plantação**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Tem o conhecimento de como trabalhar na terra, de que forma a preparar para que haja uma boa produção, eles veem na terra a importância para a sobrevivência da família e, praticamente, da cidade; porque, em meio a tanta fartura, quem sustenta a cidade são as camponesas e os camponeses.

**Figura 9 - Produção nos quintais das mulheres**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Após a conquista da terra, as moradoras do assentamento realizaram plantações, tanto nos lotes das roças, como também das suas residências. As plantações vão desde frutas, a alimentos, plantas medicinais e outros tipos de produções, como: banana, manga, mandioca, coco, caju, goiaba, flores, capim santo, palmeiras dentre outras variedades. Os quintais passam a ser um espaço destinado para a produção de alimentos e verduras dos canteiros, das

ervas, ou seja, são produções onde as mulheres desejam ter uma facilidade melhor para colher, mas também em algumas residências observamos nos lotes ao lado pequenas, roças com plantações. Sendo milhos e feijões. Hoje podemos observar que ocorre plantação de capim de ração para gado, para ser consumido pelos gados dos próprios assentadas. A atitude das assentadas nos leva a entender o prazer que sentem em utilizar cada pedacinho de terra, organizando suas rendas para o sustento da família.

**Figura 10 - Plantação de capim de ração**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

De acordo com Simonetti (2011), o sujeito procura a terra para plantar, para colher; os homens, as mulheres, as acampadas, os acampados desterritorializados/as, chegam em condições de trabalhar na terra por um valor minoritário de salário. Dona Chagas (entrevistada) relata que, no período de acampadas, os homens arrumavam diárias para trabalhar e conseguir uma renda para comprar carne; muitas vezes, eram negados pelo fato de serem vistos como invasores, preguiçosos. Mas, mesmo assim, conseguiram fazer bicos e, na maioria das vezes, trabalhavam nas próprias fazendas que eram ocupadas por elas e por seus companheiros. Os fazendeiros cediam emprego e, em troca, pagavam as acampadas e os acampados.

Lá na beira da estrada, durante um ano, o MST garantia a cesta básica, „só não tinha a carne, mas, como os homens trabalhava, os homem trabalhava e comprava a carne, mais tinha o feijão, a farinha, o arroz, o óleo, o sal, o café, o açúcar, tudo tinha. o homem trabalhava por diária na fazenda, onde a gente chegava procurava serviço pra trabalhar e não era muito difícil não, oia tem muita gente, as vezes o dono da fazenda mesmo, aonde a gente chegava eles davam serviço pra gente, pro pessoal, os homens ai nos outros assentamentos eles procuravam serviços, era assim (Entrevista: Francisca Chagas, 2021).

Percebe-se nas histórias das assentadas que, por mais que habitem a cidade, o gosto de voltar para o campo sempre permanece por causa da qualidade de vida; ou seja, menos barulho e poluição, além de produção de hortas, arroz, milho e criação de pequenos animais.

**Figura 11 - Plantação de feijão**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

A terra tem grande importância para a família, mesmo não havendo uma organização igual à da época de acampadas, hoje ainda existe a valorização da família com a terra; nos assentamentos, continuam reproduzindo suas identidades e suas culturas.

Trabalhar com a família, assentada é, portanto, uma categoria de análise central, pois concebendo que a família é o lugar em que as classes trabalhadoras também se constituem como cultura e identidade procura captar o universo cultural e simbólico em que elas estruturam suas práticas e se reproduzem. (SIMONETTI. 2011, p. 17).

Nos assentamentos, a família é um dos símbolos principais, pela influência transmitida pelos pais, o conhecimento pela terra e pela vida, a história, a lida com a terra, o envolvimento com os jovens; tudo isso vem da estrutura familiar, principalmente a valorização pela história do MST, do assentamento Oziel Alves, seu surgimento, sua gestação. A cooperação também é algo muito importante nos assentamentos, tanto em família como em grupo. Segundo dona Chagas, no assentamento, não há a mesma cooperação de antes entre as/os assentadas/os, está cada um por si. Ela acha que por ter ganhado a terra muitos pensam que acabou a luta, mas a luta não acaba, surgem as necessidades para estruturar o assentamento. As reuniões que

ocorrem são apenas para tratar das urgências do assentamento. E esse sentido de solidariedade é importante, porque é uma forma de unir as famílias. É essa relação de interesses coletivos que dá estruturação econômica e social aos assentamentos.

Então, os assentamentos são resultados de um processo de luta, de conquista da terra, o Incra negocia um determinado território e assenta as famílias, desta forma foram diversas terras conquistadas, através do MST que, em todo o território brasileiro, realizam-se ocupações, manifestações, estratégias e assim, alcançando objetivos que é a distribuição de terras no Brasil, ou seja, a reforma agrária.

**Figura 12 - Lotes com plantações de milho**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Como se observa nas imagens, os lotes destinados a produção, no momento dessa pesquisa estavam com plantações de milho, na maioria dos lotes observa-se a mesma produção e todos com boa aparência. O uso da terra no assentamento é algo indispensável, pois é dela que sai o sustento das famílias, abastece as cidades, como feiras e comércios. A produção da mandioca como já comentado é também uma das maiores produções do assentamento Oziel Alves, além da criação da puba, temos a farinha e a tapioca, todos esses benefícios são criados dentro do assentamento, apesar de que neste período da pesquisa, a maioria das plantações realizadas pelos moradores foi com o milho, pois como todos os anos sempre tem seu tempo para plantar, colher e dá uma ótima produção.

**Figura 13 - Plantação de mandioca**

**Fonte:** Morais. Alessandra, 2021.

Observamos muitas vezes que as plantações também são realizadas nos próprios quintais das casas, percebemos que a plantação está feita na frente da casa de uma das assentadas, quando há algum espaço suficiente, os moradores também realizam plantações de mandioca e feijão. A plantação de mandioca rende muito benefícios e renda para as moradoras que a produzem, além de ficarem com uma parte para consumir, elas vendem em comércios, nas feiras da cidade e para outros moradores, segundo uma mulher camponesa do assentamento, produtora da farinha de puba, relata que “em uma quantidade grande como, três (3) sacos de farinhas é encomendado para um comércio da cidade”, essas encomendas são preparadas e o cliente vem buscar no próprio assentamento.

Em todo esse processo de produção da mandioca para com a farinha de puba, a tapioca e puba, a plantação do milho e na sua colheita, temos a presença das mulheres camponesas atuando nesse papel, a mulher está inserida em todo o momento no processo, atua tanto dentro de casa nos serviços domésticos, como nas roças com a plantação e colheita do milho ou no trabalho com a mandioca.

As pessoas que lutam por terras não procuram apenas uma terra para morar, mais que possam produzir alimentos e criar animais. A terra do assentamento Oziel Alves, é fértil, onde

as produções sempre ocorrem em abundância. Muitas pessoas que fazem parte do assentamento viviam de favores, em residências emprestadas, em outras localidades, como o caso de dona Chagas e dona Ledí, mulheres camponesas e militantes que moravam em residências que não eram suas, trabalhavam fora de casa, moravam de aluguel, mas com a posse da terra essa história mudou, hoje tem sua própria casa, sua própria terra, e sua própria produção de alimentos.

**Figura 14 - Plantação nos lotes**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

A imagem acima nos revela a plantação de Dona Ledí na sua terra, hoje com a posse da terra ela realiza plantações tanto de legumes como mandioca, feijão, como também faz plantação de frutas, laranja, lima, coco, tanja, representa na imagem.

Então, com a conquista da terra, as mulheres passam a produzir, começam a plantar alimentos para o sustento da família; mas, como muitas vezes a renda é pouca, elas vendem uma parte os alimentos colhidos, proporcionam uma renda extra para suprir com as necessidades da casa e da família, comprar uma carne ou pagar uma conta, ou até mesmo suprir as necessidades pessoais, visto que, no assentamento, a renda vem da aposentadoria ou da bolsa família. Fora isso, são os jovens que saem para trabalhar na cidade ou nas fazendas vizinhas; trabalham em lojas, comércio, farmácia ou na construção.

Em diversas pesquisas, percebemos que o campesinato sempre resistiu, buscando manter sua terra de trabalho e de vida, ou seja, seu território, realizando a produção de alimentos, tanto para o consumo da família como para venda, por exemplos: as mulheres

camponesas realizam plantações nos seus quintais, como hortas, canteiros, plantas medicinais, como boldo, erva cidreira, capim santo, e demais produções. “*Fruta, canteiro, plantas medicinais, erva cidreira, boldo para remédio por causa da corona (risos), oh siar a vizinha me deu um pé de hortelã e eu botei ali dentro do armário que quando fui reparar tava sequim (risos) me esqueci*” (Entrevistada, Francisca Silva, 2021).

**Figura 15 - Plantações medicinais (Capim de cheiro, folha grossa e Pariri)**



**Fonte:** Morais. Alessandra, 2022.

Essas plantas medicinais e seus benefícios são bastante conhecidas, seus chás aliviam febre, dores nos rins e outros sintomas, além de ter um gosto agradável para ser degustado; ao ser misturado com outras ervas, também traz benefícios. Muitas dessas plantações foram realizadas devido às doenças causadas ultimamente, e, outras, como alguns chás são plantadas por ter um sabor agradável e as pessoas gostam de tomar. As mulheres mantêm um pequeno canteiro para a comida, “*Fruta, manga, caju, acerola, coquim, capim santo, canteiro, plantas medicinais tem mais não é como antes*”. Dona Ledí relata que também mantém um quintal produtivo, mas não como antes de se tornar assentadas, quando havia pouca possibilidade de plantações; hoje, há uma diversidade de plantações em seu quintal.

## 4.2 Organização e participação política das mulheres camponesas

De acordo com o contexto histórico, a luta das mulheres, em especial a das camponesas, mistura-se com a própria luta social, a qual se constitui como um dos movimentos de grande importância na luta por direitos.

Depois de entrar na terra, organizaram uma associação, na qual se reúnem e discutem as demandas, as pautas e as necessidades para o assentamento. Essa é uma das diferenças entre assentados e acampados, uma vez que, no acampamento, se organizam por grupos/núcleos e, no assentamento, por meio de uma associação (algo que trataremos mais adiante).

A organização do Território, a construção de uma nova paisagem, em um novo enquadramento, a identificação dos assentados com o espaço, o estabelecimento de vínculos territoriais e constituição da realidade por meio das territorialidades, são elementos que devem ser considerados para se entender os assentamentos como referente espacial, produtor de identidades (DOURADO, 2014, p. 232).

As mulheres têm ocupado espaços importantes, e obtido seu empoderamento através da sua participação na produção e nos processos que envolvem um bom andamento para os acampamentos ou assentamentos.

Através das suas experiências de luta vivenciadas, acabam se transformando com os conhecimentos que são adquiridos no decorrer da luta; assim, tornam-se visíveis, demonstrando que são capazes de cuidar de diversos outros trabalhos destinados aos homens, garantindo a sobrevivência da família ou se mantendo caso sejam solteiras.

No entanto, quando as famílias se tornam assentadas e seus outros objetivos no assentamento vão sendo cumpridos, muitas vezes acaba o apreço, a união entre o grupo, as organizações da produção nos lotes da estrutura familiar; nesse processo, as mulheres retornam ao espaço restrito, da casa para a roça, realizando os trabalhos domésticos. Pode-se dizer, inclusive, que passam a ensinar aos filhos/as os papéis destinados a cada um nas famílias. Com isso, muitas mulheres deixam de lado o trabalho coletivo e se restringem aos serviços do lote e dos seus respectivos trabalhos. Todavia, participam de reuniões na associação, contribuindo de forma exprimida nas discussões sobre os temas e demandas ligadas ao cotidiano do assentamento.

Percebe-se que, no assentamento, a organização acaba mudando. A divisão do trabalho por gênero incide na construção do espaço dos assentamentos, que podem ser espaços de invisibilidade, opressão, dominação e sexismo. Mas, também são espaços onde ocorrem as

lutas políticas, onde se torna potência para transformação da realidade, em busca de igualdade e empoderamento. Dona Francisca Almeida (2021), em relação à organização do assentamento, destaca:

Acabou a coordenação e foi a época que veio a associação. As famílias hoje estão se organizando cada um por si. Não acho que é o mesmo tanto é o casal, porque se for dez famílias, é dez homens e dez mulheres, porque até então na associação entra o casal é os dois, o homem e a mulher e aqui não tem nenhum homem separado. Não falam porque não tem coragem, é o que o presidente disser, não tem autoridade para nada, mais que pode falar pode ninguém faz é falar. Os homens se prontificam mais do que as mulheres. O que o representante decide está decidido e os que fala os outros recusam, antes falavam (Entrevistada: Francisca Almeida, 2021).

Com base na fala da interlocutora, a organização mudou quando se tornaram assentadas; houve um recuo em alguns dos papéis realizados pelas mulheres, como nas reuniões, onde elas acabam se intimidando na hora de falar e não têm voz, enquanto os homens opinam mais. Em algumas lideranças, na área política do assentamento, também enfrentam dificuldades na ocupação de cargos. Mesmo que já tenham conseguido alcançar representatividade em algumas áreas — como seu papel nos trabalhos nos lotes e nos quintais — ainda tendem a enfrentar rejeições em outros espaços. As decisões sobre as plantações ou algo relacionado ao trabalho são tomadas ao lado do marido; as mulheres passam a tomar decisões sozinhas apenas nos serviços domésticos.

A sociedade impõe um papel para homens e mulheres, sobre o que é um trabalho feminino e sobre o que é um trabalho masculino; é algo ensinado desde criança e, assim, crescem aceitando esse comportamento com as relações de gênero. Como as mulheres do assentamento Oziel Alves, mesmo tendo vivido um momento de empoderamento e representatividade no acampamento, ao se tornarem assentadas acabaram voltando para o espaço de isolamento.

Em uma sociedade o indivíduo desde criança é ensinado a se comportar de acordo com o sexo. Por exemplo, é ensinado que meninos usem roupa azul e meninas roupa rosa, que meninas devem brincar com bonecas e meninos com carros, que meninas devem brincar fazendo comida, representando o seu papel na cozinha, e os meninos devem focar no futebol (MORAIS, 2020 p. 29).

Dessa maneira, as mulheres organizaram-se para conquistar seus direitos, por uma sociedade mais igualitária. Organizam-se para lutar por seus direitos, como voto, salários iguais aos dos homens. Valenciano (2006) relata que as mulheres se centraram na luta pela redemocratização do País. Nessa perspectiva, as mulheres camponesas também passaram a se

organizar em movimentos de mulheres nos sindicatos, associações, lutando por aquilo que lhes impedia de ser uma pessoa melhor. Para Deere (2004), houve um aumento de mulheres nesses espaços políticos. No MST, também houve grandes participações de mulheres que contribuíram para o seu crescimento; e o movimento também tem dado grandes oportunidades que podem gerar visibilidade ao papel da mulher em todas as áreas, pois vai além da reforma agrária, considerando temas como educação, agroecologia, gênero e outros.

Dessa forma, observa-se que a luta pela terra exigiu não apenas a consciência de luta de classe, mas também daquela contra a desigualdade nas relações de gênero. “Que na luta pela terra, ocupação, acampamento, mobilizações, participa toda a família, portanto a conquista da terra é uma conquista da família. Nada mais justo que, quando o Incra vem fazer o cadastro, este seja feito no nome dos dois” (DERRE, 2004, p. 191).

Isso nos mostra que a distribuição de terras para casais seja uma defesa política do MST, o que foi confirmado pelas mulheres da liderança do movimento. No assentamento Oziel Alves, as mulheres receberam a terra como titulares também. Mas, depois de assentadas, na organização política, as mulheres enfrentam dificuldade para ocupar certos espaços, como na representação de liderança do assentamento e nas áreas da educação e da saúde. Dona Francisca Chagas destaca que uma mulher do assentamento já chegou a se candidatar para presidenta, mas perdeu a eleição.

Na sua atuação, essas mulheres lutam para vencer o medo e alcançar um papel de representante do assentamento.

Historicamente invisibilizadas, mesmo desenvolvendo inúmeras atividades em seus lares ou fora deles: as mulheres sempre foram colocadas como submissa ao parceiro, marido ou companheiro. No período das ocupações, as mulheres relatam que por diversas vezes arriscaram suas vidas e a de seus filhos enfrentando a polícia em incontáveis despejos (SOUZA; MARTINS, 2016, p. 4).

Nesse contexto, as lutas das mulheres do MST acabam tendo um vínculo com as lutas das mulheres camponesas do Brasil e com as lutas de outros movimentos. As famílias acampadas, quando decidiram fazer parte do movimento, passaram a questionar ou até mesmo romper com práticas que relegam o papel secundário da mulher na sociedade, atuação essa que contribui para o processo de conquista da terra. Por meio do MST, obtiveram grandes resultados, como o combate à diferentes formas de discriminação, a participação em assembleias e encontros, entre outras conquistas.

As decisões tomadas pelas mulheres são bem menores do que sua participação ativa na produção. Na maioria das vezes, as decisões são tomadas pelos homens. Em relação à

associação, uma parte dela é representada pelas mulheres, mas, até onde foi relatado, as decisões são tomadas em grupo. Contudo, as mulheres que participam ainda encontram dificuldades para romper a barreira do machismo. Com isso, percebemos que há uma mudança em relação ao tempo de acampadas, onde havia uma parceria mais efetiva. Sobre o tema, Lopes discorre:

Há questões específicas nas relações de gênero que impõem o seu tratamento vinculado à problemática geracional. Certamente, mulheres com filhos de idade mais elevada, capazes de assumir tarefas na casa e/ou no lote, ou mesmo com filhos que já saíram de casa, têm maior possibilidade de assumir diferentes níveis de participação política do que mulheres jovens, com filhos pequenos, que exigem maior cuidado. É neste caso que a questão de gênero possivelmente aflora em sua plenitude, uma vez que coloca em jogo a própria possibilidade de redefinição da divisão de trabalho doméstico e a naturalização do papel da mulher como aquela que é a responsável maior pela “criação” dos filhos e que lhe impõe atividades que ocupam todo o tempo, com uma certa rigidez de horários, como dar banho, lavar roupas, preparar alimentação etc. Nesse contexto coloca-se a demanda, cada vez mais constante, por creches e escolas infantis nos assentamentos, na medida em que há um reordenamento da lógica familiar que faz com que muitas vezes mães, sogras e irmãs, ou os parentes mais próximos não vivam perto e, assim, não possam dividir as tarefas cotidianas do cuidado das crianças. Ao lado disso, verifica-se a reprodução de concepções enraizadas sobre o que seja o trabalho feminino e, ao mesmo tempo, seu lento, mas progressivo questionamento. (LOPES, 2008, p. 12).

Isso se volta às relações de cuidado com a terra e a valorização da família, ou seja, quando se tornam assentadas seus papéis voltam a ser os estipulados pela sociedade capitalista. Com base nessa questão, dá para entender que, por mais que ocorram as conquistas no campo, o patriarcalismo sempre ocorrerá como forma de dominação sobre as mulheres, mantendo-as em um ideário das famílias dos assentados.

As mudanças vêm ocorrendo tanto pelas reivindicações de direitos, quanto pelas próprias transformações no campo, devido as circunstâncias da sociedade. Mesmo que no assentamento ocorra problemas, como falta de emprego, muitos conseguem trabalho fora do assentamento para manter o sustento da família, na medida em que se reduz a necessidade de mão-de-obra e impõe o remanejamento das tarefas familiares tradicionais. Essas inúmeras experiências,

[...] acumuladas à vivência dos acampamentos, com toda a instabilidade que lhes é constitutiva, permitem que se relativize o significado dos valores tradicionais camponeses, uma vez que eles estavam em processo de crise antes mesmo do assentamento, em decorrência da própria crise pela qual passam os modos de vida tradicionais, provocado, entre outras coisas, pela expansão das diferentes formas do agronegócio. (LOPES, 2008, p. 14).

A construção da identidade da luta das mulheres é importante no movimento social, pois elas lutam para estar na lavoura, para fazer parte da luta, para que possa haver uma igualdade de gênero e, assim, igualdade de direitos. Para alcançar esses objetivos, a mulher precisa compreender importância da luta para impor suas demandas.

A percepção da condição de subordinação não é decorrência imediata da participação na luta, mas em especial da forma como essa participação se dá. Nesse sentido, torna-se central analisar o processo pelo qual se dá a constituição desses novos lugares das mulheres. A questão subjacente é a de como se constituem possibilidades de desnaturalização da dominação. Como a observação do processo de constituição dos movimentos sociais nos indica, não há nada de miraculoso nisso. Trata-se de um trabalho cotidiano de ressocialização (de homens e mulheres), que nem sempre tem continuidade. (LOPES, 2008, p. 11).

As mulheres enfrentam muitas dificuldades dentro do movimento e muitas vezes esses problemas são ignorados.

Essas associações nos assentamentos podem se tornar um espaço de novas mudanças, novas formas diferentes das quais costumamos viver. Mas deve-se ter cuidado para que não venham se tornar espaços onde as relações masculinas não possam crescer ainda mais, distanciando as mulheres das suas vontades e direitos, que não venham exercer papéis de acordo com o gênero, dificultando novas experiências de vida, fatores que são importantes na vida do ser humano.

#### **4.3 A participação das mulheres camponesas no território assentamento Oziel Alves**

Com a conquista da terra, “a luta não para”. Nessa luta, também precisamos compreender como se dá a participação das mulheres nesse território (Assentamento Oziel Alves). Segundo já estudado e relatado anteriormente, as mulheres estavam ativas na luta pela terra, nas organizações políticas, no trabalho das montagens e desmontagens dos barracos e nos serviços domésticos; ou seja, eram participantes em todas as áreas da luta de acampadas. Depois de assentadas, ocorreram mudanças que, muitas vezes, não correspondem às experiências vividas no período de acampadas, como demonstra nos temas já vistos. Percebemos que, atualmente, ocorre um distanciamento feminino nas áreas que se destinam ao andamento do assentamento.

O território que pertence o assentamento Oziel Alves é cerca de 866 hectares, envolvendo tanto os lotes das casas como os lotes das roças, e sua reserva é de 200 hectares,

uma área que precisa ser protegida pelos assentados, não pode ser ocupada e nem desmatada, precisa de uma união coletiva dos assentados.

É obrigado a zelar e fazer zelar por seus propostos às matas e os heraves de modo que sejam conservados no melhor estado possível, não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem autorização legal ou qualquer forma destrua as matas e os heraves vizinhos (ARRUDA, 1997, p. 34).

Como um caso que já aconteceu em anos passados, mais juntos lutaram, reivindicaram por seus direitos que não deixaram ocupar a terra reservada. Houve várias formas de resistências, como vigílias, barreiras, placas de avisos. Nas formas de resistência dessa ocupação, as mulheres se fizeram presentes, tanto nas vigílias como nos serviços domésticos, fazendo a comida e levando-a para quem estava na vigilância.

[...] o cotidiano dos assentamentos rurais, nos quais as pessoas "produzem a sua vida", a sua história e deixam fluir as tristezas, as alegrias, as manifestações festivas de dor; um movimento diário de vir a ser, tornar-se, fazer-se; deve ser entendido como um espaço-tempo de conflito - inerente às relações sociais -, pois há momentos de incertezas e de insegurança, isso ocorre desde a divisão dos lotes até o dia a dia de permanência na terra. (FARIAS, 2008, p. 154).

A partir do momento que se tornam assentadas, passam por diversos conflitos tanto entrem si como consigo mesmos, vivem diversas emoções em seu dia a dia. Assentar em um território, dando continuidade às relações sociais, requer muita compreensão das/os moradoras/es e organização para um desenvolvimento melhor, até mesmo para alcançar novos objetivos, como a realização dos projetos destinados a assentamento, construção de casas e aquisição de materiais de construção, rede de energia elétrica, água encanada. Esses que são objetivos almejados por todos os moradores; uma luta que também passa ser coletiva.

**Figura 16 - Assentamento Oziel Alves (durante a noite)**



Fonte: [www.instagram.com/assentamentoozielalves](https://www.instagram.com/assentamentoozielalves), 2022

Para a conquista da rede de energia, dona Francisca Almeida ficou responsável pela preparação do almoço para os trabalhadores, alugaram uma casa vizinha e se deslocava da sua residência para dar a alimentação aos trabalhadores. Se pensarmos bem a respeito do papel ocupado por ela, observamos o cuidado com o ser humano, o acolhimento.

Para a construção das casas, que era outro projeto a ser alcançado, não veio verba, e acabou sendo cada um por si.

**Figura 17 - Casa construída antes da venda dos lotes**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Nas imagens da Figura 17, vemos como eram construídas as casas das assentadas antes de serem construídas com tijolos e telhas. O projeto das casas não chegou a ser contemplado para os assentados do assentamento Oziel Alves, por isso decidiram vender uma parte dos lotes das roças e comprar o material de construção, o que não está de acordo com a política de reforma agrária segundo a qual são necessárias políticas públicas para financiar a produção no campo.

Assim, percebemos que a história das mulheres nem sempre é escrita como elas querem, ou relatada como mostra a realidade: uma vitória atrás da outra, reconhecimento do seu papel. Mesmo assim, elas continuam lutando e tentando mostrar seu potencial. São mulheres que trazem, em suas trajetórias, lembranças de luta e resistências.

**Figura 18 - Casas construídas de alvenaria**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

As imagens acima mostram as casas das nossas interlocutoras, dona Ledí Silva e de dona Chagas. A casa de Dona Chagas ainda está em processo de construção, pois faltam alguns rebocos e cerâmicas na área, já a de Dona Ledí se encontra terminada, tudo de acordo como gostaria, todas têm orgulho da casa que tem e mais ainda por saber que é sua, lutou e conquistou, mesmo com a venda dos lotes, elas sabem que valeu a pena.

Na produção do assentamento Oziel Alves, Dona Ledí mantém seu trabalho na roça com o esposo e em casa, na maior parte do tempo ela se dedica mais na sua roça, passa o dia todo realizando as limpezas e as plantações, “*Macaxeira, feijão, milho, fava, abobora, quiabo, melancia*”. São diversas as plantações das mulheres assentadas do assentamento Oziel Alves.

**Figura 19 – Roças**

**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

A imagem nos mostra dona Ledí Silva, que é uma das mulheres camponesas assentadas e militantes do Assentamento Oziel Alves. Hoje, depois de assentada, mantém um trabalho duplo: em casa e na roça. Na maioria das minhas visitas da pesquisa de campo, em sua casa, dona Ledí se encontrava na roça, seu espaço de alegria, orgulho e podemos dizer um pedacinho da vitória de sua luta. No dia da fotografia, estava limpando seu pedacinho de terra para fazer as plantações, onde já se encontrava várias plantações de laranja, lima, acerola etc. Não só dona Ledí, mais também outras assentadas, estavam no processo de limpeza das roças. Hoje, no ano de 2022, têm produção de feijão e mandioca, e a maioria dos assentados tem plantação de milho também.

**Figura 20 - Plantações das mulheres no assentamento**

**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Com base nas imagens, percebemos que as assentadas do assentamento Oziel Alves interagem com a terra, realizando suas produções de acordo com o que desejam. Nesse processo de produção, elas também fazem parte de uma forma compartilhada com o marido; de acordo com as entrevistas, algumas mulheres vão para roça com o esposo, e outras acabam realizando apenas o serviço da casa. Já nas plantações dos quintais, as mulheres tomam as decisões sozinhas sobre o que plantar, como as plantas medicinais, bananas, frutas e o canteiro; algumas também separam um local do quintal para a produção de pequenas hortas para o consumo, como alfaces e tomates.

Nesse período de pesquisa, observamos que a maior parte da plantação realizada foi de milho; já no início das primeiras visitas de campo, em 2019, era de mandioca. Na ocasião, houve uma reunião para definir em qual produção iriam investir um benefício do governo e a maioria decidiu por mandioca. Eles produzem farinhas e vendem para obter renda extra. Já as plantações de milho se destinam tanto para a venda como para o próprio consumo.

A participação das mulheres depois de assentadas no assentamento Oziel Alves, não é mais a mesma de acampadas, segundo as entrevistas eram mais ativas, hoje além de muitas dessas mulheres terem desistido, outras foram separadas com a divisão de área no tempo da posse da terra. A entrevistada fala do assentamento com a estrutura em que se encontra.

Pra uns é bom, pra outros... eu achei bom porque no tempo que saiu a escola ai, arrumaram um serviço pra minha nora e eu fiquei muito feliz. Só que tem mais mulher na educação do que homens, só o tem o tico de vigia e um professor do Coité. A Senhora estuda? Eu coloquei meu nome lá mais só fui uma semana. Na política tem mulher na secretária e tesouraria. No trabalho da roça quando meu esposo vai de pé eu vou também, quando vai de moto não vou (Entrevistada: Francisca Silva, 2021).

A entrevistada diz algo muito interessante ao falar a respeito das oportunidades; ela olha os dois lados da situação: reconhece e agradece o emprego que sua nora tem, mas também observa que a participação das mulheres camponesas do assentamento dentro do seu próprio território (assentamento Oziel Alves) não é muito valorizada. Apesar de haver apenas um setor do órgão público (Escola Assentamento Oziel Alves), ela pensa que as mulheres do assentamento poderiam ter mais oportunidades nas cidades vizinhas, podendo ser valorizadas pelo trabalho prestado. Dona Ledí também pensa que a participação das mulheres acabou mudando depois de se tornarem assentadas *“Não acho que são ativas, porque não tem ninguém que trabalha na saúde e na escola, só é 2 mulheres daqui”*. Para

ela, a participação das mulheres camponesas do assentamento, nos órgãos públicos, tanto do assentamento como das cidades vizinhas, precisaria enaltecer os serviços das mulheres.

Não muito. Na educação tem mais mulher, mas só é duas do acampamento. Na associação duas [...] tomar o poder, ser presidente. Já no trabalho da produção, vamos pra roça quando tem, na casa ele só dá trabalho (risos). (Entrevistada: Francisca Almeida, 2021).

Na fala de dona Francisca Almeida, é ressaltada a participação da mulher depois de assentadas. Ela destaca que o trabalho é realizado por ela e pelo esposo, e expressa que, quando tem roça, ela vai trabalhar. O trabalho das mulheres no assentamento Oziel Alves é de grande importância e contribuição. A participação da mulher em todo o contexto histórico da luta pela terra tem sido fundamental para o crescimento e a visibilidade do papel da mulher dentro do movimento. Sua participação tem mostrado o potencial que a mulher também exerce como militante, política e representante.

A memória dessas mulheres possui momentos inesquecíveis vividos, memórias compartilhadas em grupos e individualmente onde cada uma sentiram sentimentos diferentes em momentos diferentes e ao mesmo tempo foram compartilhados, as quais saíram de onde se destinavam aconchegante, problematizaram sem lugar ocupado e passaram a se tornar sujeitas da luta pela terra, da luta pela classe, na luta por igualdade de gênero e se tornando protagonista da sua própria história.

#### 4.4 O orgulho de serem assentadas

A valorização da participação, da inclusão e a visibilidade das mulheres na sociedade brasileira foi conquistada a partir de muitas lutas. As mulheres já sofrem diversas formas de exploração devido a sua invisibilidade na história, que vai desde o ocultamento do seu papel na sociedade, até sua contribuição no processo de construção histórica. As mulheres sempre foram vistas como ser secundário, e somente o papel dos homens é valorizado. Nos livros, homens são vistos como os principais atores das conquistas históricas.

Durante a pesquisa no assentamento Oziel Alves, vemos que nossas interlocutoras têm experiências semelhantes, pois todas trazem, em suas trajetórias de vida, uma luta, um sentimento de medo, uma alegria, a busca por dignidade, uma casa, um pedaço de chão, uma vida melhor — e isso é visto ao longo de suas histórias de vida. De acordo com as entrevistas, vemos que as mulheres compartilhavam os turnos de trabalho no período de acampadas, as vigilâncias à noite e durante o dia, a ausência do tempo de descanso e o cuidado consigo mesmas.

Temos uma visão de que a mulher é quem cuida de todas as áreas que se destinam à família; que é um ser frágil e delicado para conquistar a visibilidade do seu papel de mulher na luta pela terra; que sua inclusão nas organizações como sujeitas políticas exigiu muita persistência.

Assim que o movimento se constituiu na história como um movimento popular, desde sua fundação demonstra a importância de toda a família dentro do processo de luta, ficando evidente e necessária a participação das mulheres. No entanto, as mulheres não eram incentivadas a participar das atividades político-organizativas do movimento, ou quando estavam presentes suas ideias pouco eram aceitas. Neste sentido foi necessária uma luta dessas mulheres dentro do processo de luta pela terra para que estas tivessem voz ativa nas decisões. (OLIVEIRA, 2018, p. 15)

Com o passar dos anos, as mulheres foram alcançando seus direitos e deixando grandes exemplos de mulheres na história da luta pela terra, envolvendo-se na linha de frente da luta, nas atividades, nos enfrentamentos à polícia e ao latifúndio, na participação em reuniões.

Se observarmos o contexto histórico, a participação das mulheres tem crescido bastante até mesmo no setor da produção, o qual era visto como uma área destinada aos homens. As mulheres hoje fazem parte da educação, da saúde, da política; em muitos assentamentos, ainda encontram grandes dificuldades, como assentamento Oziel Alves, mas

as mulheres insistem em lutar, muitas se encontram já em idade avançadas mais ensinam seus filhos/as a lutarem por uma vida melhor.

No processo de luta e resistência, as mulheres mantêm uma participação coletiva com outros sem-terra e, assim, vão ganhando uma identidade coletiva; ou seja, vão se tornando sem-terra, pois lutar pela terra não é só estar na lutar, mas sim viver ela e nesse processo constrói sua própria identidade.

[...] se produz como uma identidade que primeiro é política, mas que se torna também cultural, à medida que recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história. (CALDART, 2000, p. 24).

A autora chama a atenção para o fato de que é pela terra, por objetivos desejados, por uma vida melhor mais digna, que as mulheres constroem suas identidades coletivamente, passam a se olhar em grupos, pensar em grupos, em busca de uma mesma causa, ou seja, uma luta coletiva em um movimento social. Essa experiência vivenciada, cada momento da luta traz um aprendizado, um conhecimento, uma transformação para cada sujeito político, cada militante, uma busca para organizar suas vidas, seja ela política ou social, lutar pela terra não é apenas conquistar um pedaço de chão, um território, mais viver nela e dela, ser assentada permitiu muitas oportunidades para as mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves, uma identidade, uma nova história. Dona Francisca Almeida expressa alegria de ter hoje a posse da terra “Construí minha casa, sítio. Hoje os filhos, todos saem e mais ninguém aceita vender, quase todos moram fora”. Todas as assentadas carregam no peito a alegria de ter a conquista da terra, elas sentem orgulho de serem assentadas.

Mudou muito, antes não tinha onde plantar um canteiro de cebola e agora eu tenho onde plantar minhas coisinhas, tem onde botar minha rocinha, só não faço é botar boto uma linha, duas linhas porque ninguém num pode catar que dá mato de mais, tenho roça tá brocada não tá é queimada ainda (Entrevistada: Francisca Silva, 2021).

Serem pessoas assentadas não muda seu jeito de olhar a vida, ou seja, como a sociedade põe certos preconceitos sobre os assentados, essas atitudes não chegam a impedi-los de lutar por seus direitos e viver no meio da sociedade, cursando escolas públicas, universidades e trabalho. Além dos tantos pensamentos negativos de muitas pessoas sobre o movimento, a luta e as reivindicações, também são julgados como pessoas. Essas são questões que deixam de lado e continuam persistentes em seus objetivos, nos trabalhos da produção, no foco em manter um assentamento melhor.

Não podemos construir uma visão linear – com padrões e modelos únicos e homogêneos – das condições de permanência na terra, principalmente porque não é possível estabelecer uma unidade de ações no interior desse espaço social. Neste se conflitam constantemente as múltiplas necessidades e anseios das pessoas. Em outras palavras, devemos atuar nos assentamentos, entendendo-os como um espaço em construção, onde também encontramos as rupturas, frente aos variados projetos presentes no cotidiano das famílias. (FARIAS, 2008, p. 152)

Após assentadas, elas buscam fortalecer as identidades, tornando-se parte desse território, mostrando que o movimento também educa, ensina o papel de cada um na sociedade, faz sentir o orgulho de estarem no assentamento de serem assentadas e fazer parte do MST. São protagonistas da sua própria história, lutando por uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o território conquistado, a maioria das casas construídas, um lote para a produção dos alimentos, os assentados passam a estabelecer suas tradições, passam a plantar e criar animais tanto de porte grande, como gados e cavalos, como do porte pequeno como, galinhas, porcos, bode, patos, etc. são diversas os benefícios que a conquista da terra tem proporcionado para os assentados, hoje podem ter suas criações e plantações do gosto de querem, a maioria lucram do seu próprio suor, da terra vem suas rendas e comida pra mesa, sustentam suas famílias daquilo que planta e colhem.

**Figura 21 – Animais criados por alguns moradores do assentamento**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

Os animais dos assentados do assentamento Oziel Alves, como os gados, são criados em suas terras (lotes) sempre bem cuidado, deles vem o leite, renda extra quando é vende e

carne quando decidam comer, já os animais menores são criados nos quintais da casa, como as galinhas, patos e muitos como bode, eles colocam para comer os matos que criam na estrada e dentro da mata que fica ao redor do assentamento. Nem todos os moradores possuem animais como porco e gado, mas, geralmente tem galinhas e patos.

A participação das mulheres nesse processo de luta pela terra e pelo território do assentamento Oziel vem sendo carregada nas memórias das mulheres e em todo o processo histórico de criação e permanência do assentamento. Hoje, mesmo com poucas mulheres na política, na organização do assentamento, nas reuniões, essas se mantêm presentes para dar visibilidade do seu papel exercido dentro da comunidade.

As imagens abaixo mostram uma terra ainda com veredas, sem plantio, ou seja, nas fotos anteriores vemos uma roça cheia de plantação de milho, outras com um pouco de arroz e outras com mandiocas, as plantações de mandiocas são mais demoradas, em torno de (7) sete meses para poder pronto para produção de farinha, já o milho com (3) três meses já está pronto para colher, por isso as fotos mostram o terreno já sem a plantação e sim para ser preparado novamente.

**Figura 22 – Solo ainda com vestígios da plantação**



**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

A imagem nos mostra uma área com vestígios de plantação de milho, e, mesmo que algum mato já tenha crescido, podemos observar a plantação em processo de ressecamento. Agora a terra está à espera de um novo processo de limpeza e novamente ocorrer novas plantações, geralmente os assentados espera a passagem da lua para fazer as plantações, ou seja, os assentados fazem uso de produtos naturais para suas plantações, cultivando suas culturas e valores até nas plantações, tudo no seu devido tempo, para plantar e colher.

Após a retirada das plantações nas roças, os assentados começam a preparar a terra para as próximas plantações, e todo o processo de preparação da terra recomeça, desde o desmatamento à plantação das sementes.

**Figura 23 –Capim roçado**

**Fonte:** arquivo de imagens da autora.

A cena mostrada na imagem anterior se encontra já na chegada do assentamento. Vemos parte de uma terra sendo separada para plantação, coberta de capim seco e roçado; a imagem não mostra, mas, ao lado do terreno está a casa do proprietário. Como há proximidade da roça com a casa de moradia, a facilidade para a mulher trabalhar é maior, e ela acaba ocupando seu espaço na roça e na casa.

A vida no assentamento Oziel Alves tem sido muito agradável e aconchegante aos olhos de quem vê as rodas de conversas de seus moradores e as falas das entrevistadas. Hoje, são terras desejadas por muitos das cidades vizinhas, e cada dia vem sendo valorizada; é uma terra fértil, produtiva e com águas ao redor, um ótimo lugar para produção de alimentos, de criação de animais, um ótimo lugar para morar ou até mesmo para passar um bom final de semana. As terras que hoje pertence ao assentamento Oziel Alves é o resultado de muitos anos de lutas, cerca de sete anos de resistência, de ocupação, de enfrentamentos a polícia, fazendeiros e políticos, sete anos debaixo de uma lona preta, hoje com 13 anos de assentados, onde a luta é para permanecer na terra, produzir e sustentar a família e obter um assentamento com boa infraestrutura. Com base nos dados coletados o assentamento Oziel Alves tem cerca de 20 anos de existência, de resistência, de permanência na terra, dentre todos esses anos temos vistos com base nas narrativas das mulheres assentadas do assentamento Oziel Alves, a presença dessas mulheres no camponesas na luta para obter a posse da terra e para permanecer nela, como mulheres camponesas, políticas, domésticas, mães, viúvas e solteiras.

Por meio das narrativas das mulheres camponesas do assentamento Oziel Alves, sabe-se que, hoje, esse é um assentamento com uma boa infraestrutura, que tem como órgão político (para recorrer às demandas e manter uma organização do assentamento) a

associação, composta tanto por mulheres como por homens. Nas reuniões realizadas dentro do assentamento, as mulheres não têm muito poder de fala, muitas não falam por se sentirem intimidadas, já outras apesar de falarem suas opiniões nem sempre são aceitas.

Na parte da produção do assentamento, se vê que a participação das mulheres é ativa, que enfrentam a lida lado a lado com o marido. Uma das entrevistadas trabalha mais na roça do que o esposo, está presente desde a limpeza do solo até a colheita da produção. De acordo com as falas das entrevistadas, trazendo as lembranças de suas trajetórias debaixo da lona preta, no acampamento as mulheres tinham uma participação mais ativa; na ocupação, faziam parte da área política, do processo organização dos grupos, da construção dos barracos, das decisões finais como representantes do grupo. Após a posse da terra, essas não têm participação na linha de frente dos assentados; suas decisões estão em segundo lugar e, no trabalho, acabam ocupando dois lugares: nos serviços domésticos e na roça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos todo o contexto histórico da luta pela terra, por uma vida melhor e mais digna, por uma sociedade mais justa, percebe-se que as mulheres camponesas sempre estiveram presentes nos movimentos sociais, contribuindo para a sua realização e para a posse da terra. Com a criação do movimento das mulheres rurais, na década de 1980, ocorreram duas grandes reivindicações: a inclusão de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social, passando a ter o direito à licença-maternidade e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais.

O território onde se situa o Assentamento Oziel Alves, onde foi realizada a pesquisa, é de área pouco extensa para os moradores, mas já possui sua estrutura, como casas, roças, unidade escolar, igrejas e comércios, e são nesses espaços que se situa as mulheres camponesas e seu papel atuante nas lutas pela terra. Procuramos entender a singularidade essencial de cada história, não desconsiderando as aproximações existentes nas suas particularidades, tendo em vista que suas origens são, dentre outras semelhanças, vinculadas ao mundo rural. O objetivo foi compreender, por meio dessas mulheres camponesas, o processo de luta pela terra e território do Assentamento Oziel Alves, Porto Franco, MA. Sobretudo, identificar os espaços ocupados por essas mulheres desde o seu período de acampadas (2004–2010), até se tornarem assentadas (2010–2021). Por meio da pesquisa com fontes orais (entrevistas), buscamos contextualizar as experiências vividas pelas mulheres camponesas na luta pela terra e território.

A partir das narrativas, observamos o amor que as mulheres camponesas têm pela terra e pelo trabalho na roça, a alegria que carregam no rosto ao falar das plantações em suas roças e em seus quintais. A pesquisa nos faz perceber que essas mulheres lutaram e resistiram todos os dias para ocupar a terra e permanecer nela. Além disso, nas ocupações em beira de estradas e fazendas desconhecidas, elas negociavam com policiais, fazendeiros e políticos, conseguindo manter a organização no acampamento e evitando violências e outros problemas. Essas mesmas mulheres também cuidavam da vigilância e da alimentação, fatores que nos deixam claro o seu valor na organização ocorrida durante o movimento. A construção da luta é tida como espaço de aprendizagem em que as mulheres adquiriram diversos conhecimentos durante todo o processo, até mesmo nos momentos de conflitos, pois rupturas e dificuldades são elementos que marcam a trajetória dos assentados e das mulheres camponesas. Moradia, alimentação e renda também foram umas das dificuldades enfrentadas por elas, no entanto o

aprendizado adquirido nessa trajetória de acampadas foi significativo para se tornarem sujeitas políticas na luta pela terra.

Nas entrevistas, as mulheres citam um cenário de pobreza e de dificuldades vividas por elas antes de se tornarem militantes e depois de se tornarem parte do movimento. Isso nos dá a entender que havia uma precariedade no modo com que viviam antes, o que as levou a fazer parte do Movimento para encontrar um modo de vida melhor. De acordo com a pesquisa, conclui-se que o assentamento não possui tantas riquezas que lhes possam trazer mais aconchego; contudo, hoje, com a conquista da terra, as assentadas possuem criações de animais de grande e pequeno portes, roças com diversas plantações e plantações nos quintais. Hoje, as mulheres camponesas realizam diversas produções para gerar lucro e sustento à família, como produção de mandioca, canteiro e venda de frutas e legumes na feiras.

A vida no acampamento foi muito difícil e quando se chega no assentamento, podemos dizer também que a adaptação a esse espaço é desdobramento da luta pela terra, como as próprias entrevistadas falam, “a luta não para” é uma continuidade, uma luta que não termina com a posse da terra. Como já comentado, apesar dos diversos benefícios trazidos às assentadas com a posse da terra, a sua luta continua para manter a terra, e elas seguem resistindo, todos os dias. Resistem trabalhando e zelando; resistem na área política para ter voz nas reuniões e nas representações dentro do assentamento; resistem todos os dias enquanto mulheres, mães, viúvas, donas de casa; resistem para manter a ordem e a organização, criar os filhos e mantê-los na escola. São diversas formas de resistência mantidas todos os dias por essas mulheres camponesas.

As experiências que as mulheres camponesas do Assentamento Oziel Alves carregam em suas trajetórias de vida são também elementos, como coragem, persistência e determinação, pois buscaram se manter unidas, não desistir, nem mesmo aquelas que por momento se viram obrigadas a saírem do movimento por alguns dias. Com base nas observações e nas falas das entrevistadas, percebeu-se que, apesar das dificuldades enfrentadas por elas nesse processo de luta, não voltariam atrás na decisão de lutar por uma vida melhor e mais digna.

De acordo com a pesquisa, vemos que, no período de acampadas, as mulheres eram mais participativas, mais ativas nas reuniões, na organização, e se mantinham na linha de frente do movimento. Mas, após se tornarem assentadas, ocorreram diversas mudanças. Essas mulheres praticamente voltam para o espaço da casa se tornando apenas dona do lar, cuidando dos serviços e dos animais domésticos, enquanto, na produção da roça, seu trabalho é tido como complemento do trabalho do homem. Nos espaços políticos do assentamento, as

mulheres destacam que ocorre a participação da mulher, mais não como deveria ser, ocupando cargos de tesoureira e secretária na associação do assentamento, enquanto as decisões são tomadas, especialmente pelos homens.

Portanto, em meio aos diversos problemas enfrentados na luta pela terra e que ainda enfrentam, as mulheres camponesas do assentamento Oziel trazem em suas memórias lembranças de uma luta que durou cerca de sete anos debaixo da lona preta, na beira das estradas e realizando ocupações de fazendas enquanto ações e estratégias para visibilizarem sua luta e pressionarem o Estado a atender suas demandas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, L.; RUFINO, I. Elementos que dificultam a participação da mulher no processo da reforma agrária. *In: LAVINAS, L. (Org.). Anais do Seminário Mulheres Rurais: Identidades e Luta Política.* Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987. p. 320-339.

ALMEIDA, A. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de territorialização e movimentos sociais. **R. B. de Estudos Urbanos e Regionais.** v. 6, n. 1., p. 9-32, mai. 2004.

ALMEIDA, R. C. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) - TO:** trajetória de organização e formação política. 2017. 231 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

ALMEIDA, R. C.; MILHOMEM, J. Mulheres e produções de saberes nos quintais produtivos do quilombo dona Juscelina. **Revista Temporis[ação]** (issn 2317-5516), v. 20, n. 2, p. 18, abr. 2021.

ARAÚJO, D. S. Do silenciamento à Participação Política: As mulheres em atuação na brigada Caetés no MST – PB. Campina Grande. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) – Universidade Estadual da Paraíba (UEP). Campina Grande: PB. 2019.

ARRUDA, G. **Frutos da terra:** Os trabalhadores da Matte Laranjeira. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

BORDENAVE, J. E. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOSI, E. **Memória e Sociedade:** lembrança dos velhos. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem-Terra.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados,** v. 15, n. 43. São Paulo: set./dez. 2001.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo. Duas Cidades Editora. p. 34. 2001.

CONCEIÇÃO, H. S. **Muitas Mulheres, um mesmo movimento:** História e participação política das mulheres do MST na Bahia - 1987/2001. 2006. 153p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2006.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**. v. 12. Florianópolis: UFSC, 2004. p. 175.

DELGADO, L. **História Oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

DOURADO, A. M. **Viver e Pertencer:** Identidades e territórios nos assentamentos rurais de Sergipe. 2014. 293p. Tese (Doutorado em Geografia) – NPGeo, Universidade Federal do Sergipe (UFS), São Cristóvão. 2014.

ESMERALDO, G. G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. *In:* NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. (org.). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p. 237-256.

FARIAS, M. F. O cotidiano dos assentamentos de reforma agrária: entre o vivido e o concebido. *In:* FERRANTE, V. L.; WHITAKER, D. C. (org.) **Reforma Agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; Araraquara: Uniara, 2008.

FARIAS, M. F. Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). *In:* TEDESCHI, L. A. (org.). **Leituras de gênero e interculturalidade**. Dourados: UFGD, 2013, v. 1, p. 389-405.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000.

FERNANDES, C. A. **(Re)tratos discursivos do sem-terra**. Uberlândia: EDUFU, 2007.

FERREIRA, G. M. **“Margaridas” em jardins sem-terra:** um estudo sobre a liderança feminina na prática política do MST na Paraíba. 2015. 213p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS, Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande. 2015.

GEERTZ, J. C. **A interpretação das Culturas**. 13. reimpr. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2008.

GHON, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HAESBAERT, R. Territórios alternativos. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HALBWACHS, M. **Memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 1990.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.

IVANILSON, B. S. **O protagonismo das mulheres camponesas na luta pela terra**. 2016. 121p. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, Universidade Federal da Paraíba (UFP), João Pessoa. 2016.

SILVA, I. S; Farias. K. V. S. “Nós não conseguimos fazer outra forma de luta que não seja essa: Combinação de múltiplas dimensões. *In*: Ribeiro, N. B. [et. al.]. (org.) *Linguagens e Dinâmicas Territoriais nas Amazônias*. Rio Branco. NEPAN. 2022.

LOPES, A.; BUTTO, A. (org.) **Mulheres na Reforma Agrária**. A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MEDEIROS, R. Praxis política e movimentos sociais: concepções, projetos e utopias. *In*: VIANA, N. (org.). **Movimentos sociais: questões teóricas e conceituais**. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

MEIHY, J. S. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MELO, D. M. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. *In*: GOHN, M. G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 113-143.

MINAYO, C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAIS, A. C. **Mulher, gênero e organização política no assentamento Oziel Alves: Porto Franco, MA**. 2020. 64p. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Tocantins (UFT), Tocantinópolis. 2020.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo: conflitos e violência.** Movimentos Sociais e Resistência. A “Nova República” e a Reforma Agrária. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, S. D. **Feminismo e MST: avanços e desafios para consolidação do coletivo de mulheres no Paraná.** 2018. 50p. Monografia (Especialização em Estudos Latino-Americanos) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Lapa, 2018.

PERROT, M. **Minha história das mulheres.** Tradução Ângela M. S. Côrrea. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

POMBO, O. Práticas Interdisciplinares. **Sociologias.** Porto Alegre, ano 8, n. 15, jan./jul. 2006, p. 208-249.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, n. 14, São Paulo, fev./1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

REFATI, D. C. **O trabalho das mulheres e a agroecologia nos assentamentos Antônio companheiro Tavares em São Miguel do Iguazu e André Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** 2015. 153p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – UFGD, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UEP), Marechal Cândido Rondon. 2015.

ROVAI, M. G. A coragem do afeto: memórias femininas sobre a greve de Osasco, em 1968. *In:* ALMEIDA, J. R. (org.). **História oral e movimento social: narrativas públicas.** São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 15-36.

SANTOS, M. P. **Nerópolis do avesso: Repositório de memórias e narrativas do lugar.** UFG. 2017.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTT, C. J. **Gênero: uma categoria útil de análises históricas.** Gênero e a política da história. New York: Columbia University Press, 1989.

SCOTT, C. J. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução: Marilda A. de Menezes; Lemuel Guerra. **Revista Raízes**. Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, J. W. História das Mulheres. *In*: BUKE, P. (org.). **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SIMONETTI, M. C. Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida. P.17,2011.

SOUZA, M. R.; MARTINS, V. B. Mulheres e a titularidade da terra: autonomia desafiada pela realidade patriarcal. *In*: **VI Seminário Internacional América Latina**. Campo Grande, 16-18 de novembro, 2016.

THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. *In*: THOMPSON, E. P. (org.) **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-199.

THOMPSON, E. P. **A voz do passado: História Oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMPSON, E. P. Economia moral e revisitada. *In*: **Costumes em comum: estudos sobre a Cultura Tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.